



Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 172.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1990.
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (43).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti e Namir Piacentini (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 225/90

Curitiba, 06 de dezembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre a Defensoria Pública.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consubstancia medida dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros (art. 128, da Constituição Estadual).

Tal proposta se justifica plenamente na medida em que busca dar efetividade ao comando contido no art. 5º, LXXIV que assegura à população carente o amplo acesso à assistência jurídica gratuita.

A justiça da medida é indiscutível.

Porém, não resta dúvida que enquanto não organizado o órgão competente, sem embargo da atuação da assistência judiciária Gratuita do Estado, o acesso à Justiça não será plenamente atingido conforme os mandamentos da nova ordem constitucional.

Cumprir tal papel, preenchendo esta lacuna, eis a grande tarefa reservada à Defensoria Pública cuja relevância fez com que o legislador constituinte a definisse como "instituição essencial à função jurisdicional do Estado (CF. art. 134), significando sua elevação à sede constitucional, uma das mais meritórias inovações trazidas pela novel Carta Magna.

Em quadra de grande gravidade econômica e social como a que se apresenta na atualidade, onde a mola de necessidades aumenta a cada dia que passa, mais avulta a importância da criação dessa instituição, que significará não deixar o carente privado do acesso à assistência jurídica.

As razões acima deixam antever a necessidade inadiável que significa a sua criação e instalação motivo pelo qual o anteprojeto está sendo encaminhado a essa colenda Casa de Leis, certo de que a medida merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação.

Nesta oportunidade reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituída a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal e 127

e 128 da Constituição Estadual.

Art. 2º - A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe prestar gratuita assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instâncias.

§ 1º - A Defensoria Pública tem poderes para representar a parte em sede administrativa ou judicial, cumprindo a seus órgãos praticar todos os atos que lhes competirem, do procedimento ou do processo, mesmo contra o Estado, inclusive os recursais, ressalvados apenas os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

§ 2º - Considera-se necessitado para os fins deste artigo o brasileiro ou estrangeiro, residente ou em trânsito, cuja insuficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento pessoal e da sua família.

Art. 3º - São princípios institucionais da Defensoria Pública, a unidade, a indivisibilidade, a impessoalidade e a interdependência funcional.

Art. 4º - São funções institucionais da Defensoria Pública;

I - promover ação penal e privada e a subsidiária da pública;

II - promover ação civil;

III - promover defesa em ação penal;

IV - promover defesa em ação civil e reconvir;

V - atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, visando assegurar à pessoa, sob qualquer circunstância, o exercício dos direitos e garantias individuais;

VI - assegurar aos seus assistidos acusados em processo judicial ou procedimento administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios a ela inerentes;

Art. 5º - A Defensoria Pública elaborará sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo Único - Os recursos não vinculados ao orçamento anual, também aqueles decorrentes de honorários, inclusive de sucumbência, constituirão renda eventual do Estado.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 6º - A Defensoria Pública do Pa-

raná será integrada por órgãos de administração superior e de atuação, sendo:

§ 1º - Órgãos de administração superior:

a) o Conselho Superior da Defensoria Pública;

b) a Defensoria-Geral da Defensoria Pública;

c) a Corregedoria Geral da Defensoria Pública;

§ 2º - Órgãos de atuação:

I - Procuradoria da Defensoria Pública, nas instâncias superiores;

II - Defensorias Públicas, no 1º Grau de Jurisdição, constituídas por:

a) Defensoria Pública das Comarcas de Entrância inicial;

b) Defensoria Pública das Comarcas de Entrância intermediária;

c) Defensoria Pública das Comarcas de Entrância final.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

SEÇÃO I DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 7º - O Conselho Superior é órgão de consulta e de administração superior da instituição, incumbido de velar pela observância dos princípios institucionais.

§ 1º - Integram o Conselho Superior:

a) o Defensor-Geral, que o presidirá, e o Corregedor-Geral, como membros natos;

b) três membros da instituição, com os respectivos suplentes, eleitos por voto direto dos integrantes da carreira, dentre membros da Defensoria Pública que não estejam afastados, com mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediato.

§ 2º - O período do exercício do mandato terá início com o ano civil, realizando-se as eleições respectivas nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término do período.

§ 3º - As eleições serão realizadas em conformidade com as instruções baixadas pelo Defensor-Geral, após aprovação do Conselho Superior.

§ 4º - Perderá o mandato o conselheiro que se afastar de suas funções na Defensoria Pública.

§ 5º - Nas sessões destinadas a decidir sobre promoção, na qual concorram membros do Conselho Superior, estes serão substituídos por seus suplentes.

Art. 8º - O Defensor-Geral, no Conselho Superior, terá, além de seu voto de membro, o de qualidade, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

Art. 9º - Compete ao Conselho Superior, em especial:

I - elaborar lista tríplice a ser submetida ao Governador do Estado, para a designação do Corregedor-Geral, após a eleição referida no artigo 12;

II - fiscalizar a atuação do Defensor-Geral, presidido excepcionalmente pelo Corregedor-Geral sem a participação do primeiro;

III - organizar as listas de promoção por antigüidade e por merecimento e apreciar os pedidos de remoção;

IV - aprovar a lista anual de antigüidade, bem como julgar as reclamações dela interpostas pelos interessados;

V - atualizar as listas de antigüidade dos membros da Defensoria Pública na data da ocorrência da vaga;

VI - organizar o concurso para provimento de cargos da carreira da Defensoria Pública;

VII - opinar nas representações oferecidas contra membros da Defensoria Pública;

VIII - recomendar as medidas necessárias ao regular funcionamento da Defensoria Pública, a fim de assegurar o seu prestígio e a plena consecução de seus fins;

IX - regular a forma pela qual será manifestada a recusa à promoção;

X - propor ao Defensor-Geral, sem prejuízo da iniciativa deste, a aplicação de penas disciplinares;

XI - aplicar a pena disciplinar de suspensão por até 90 (noventa) dias aos membros da Defensoria Pública;

XII - representar ao Defensor-Geral sobre qualquer assunto que interesse à organização da Defensoria Pública ou à disciplina de seus membros.

XIII - pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Defensor-Geral;

XIV - confirmar, ou não, na carreira, o Defensor Público ao final de seu estágio probatório;

XV - sugerir ao Defensor-Geral, fundamentadamente, a destituição do Corregedor-Geral;

XVI - julgar, em grau de recurso, os processos disciplinares;

XVII - pronunciar-se nas hipóteses previstas nos incisos IV, VII e IX do artigo 11;

XVIII - elaborar o seu Regimento Interno;

XIX - aprovar o Regimento Interno da Defensoria Pública e o do Estágio Forense;

XX - aprovar pedidos de afastamento para estudo, respeitada a legislação pertinente.

por chefe o Defensor-Geral, nomeado pelo Governador do Estado, preferencialmente dentre os integrantes efetivos da carreira.

Art. 11 - Compete ao Defensor-Geral da Defensoria Pública, além das demais atribuições conferidas por lei ou pelo Regimento Interno e das inerentes ao seu cargo especialmente:

I - dirigir e representar a Defensoria Pública, superintendendo-lhe os trabalhos;

II - estabelecer a lotação das unidades componentes da defensoria Pública, fixando-lhes o local e o horário de funcionamento;

III - apresentar à Chefia do Poder Executivo, no início de cada exercício, relatório das atividades da defensoria Pública durante o ano anterior e, se necessário, sugerir providências legislativas e outras, adequadas ao seu aperfeiçoamento;

IV - editar o Regimento Interno da Defensoria Pública, e o do Estágio Forense, aprovados pelo Conselho Superior, bem como os atos, normativos ou não, inerentes às suas atribuições, inclusive instruções sobre competência, composição e funcionamento das unidades integrantes e as atribuições dos membros da instituição e de seus servidores;

V - convocar o Conselho Superior da Defensoria Pública, presidir-lhe as sessões e dar execução às suas deliberações;

VI - promover a abertura de concurso para provimento de cargos efetivos da Defensoria Pública, presidindo sua realização;

VII - dirimir conflitos e dúvidas de atribuições, entre os órgãos da defensoria Pública, ouvindo o Conselho Superior.

VIII - solicitar, de qualquer autoridade pública e de seus agentes, ou de entidade particular, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

IX - avocar, fundamentadamente, atribuição específica de qualquer membro da Defensoria Pública, "ad referendum" do Conselho Superior;

X - autorizar membro da Defensoria Pública a afastar-se do Estado, no interesse do serviço ou para estudo, respeitada a legislação pertinente;

XI - diligenciar, junto às autoridades legitimadas, visando à propositura de ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, se for o caso;

XII - praticar atos relativos a pessoal, inclusive os concernentes à concessão de vantagens, indenizações, férias,

SEÇÃO II DA DEFENSORIA GERAL

Art. 10 - A Defensoria Pública terá

licenças, dispensa do serviço e aplicação de sanções;

XIII - praticar os atos de administração financeira da Defensoria Pública e os seus serviços auxiliares;

XIV - delegar competência a autoridade que lhe seja subordinada, na forma da lei;

XV - aplicar penas disciplinares aos membros da Defensoria Pública;

XVI - indicar quando solicitado pela autoridade competente, membros da Defensoria Pública para integrar comissão de inquérito;

XVII - delegar as atribuições definidas neste artigo, de sua competência privativa.

Parágrafo Único - O Defensor-Geral, nas suas faltas e impedimentos, será substituído por integrante da classe mais elevada da carreira, por ele designado.

SEÇÃO III

DA CORREGEDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 12 - A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública será exercida por Defensor Público indicado pelo Conselho Superior, em lista tríplice, após o voto direto dos membros da carreira, e designado pelo Governador do Estado, com mandato de dois anos, vedada a recondução.

Parágrafo Único - O Corregedor-Geral será auxiliado por um integrante da carreira, de sua indicação, com prévia aprovação do Conselho Superior, que o substituirá em seus impedimentos.

Art. 13 - O Corregedor-Geral, conjuntamente com o Defensor-Geral e o Conselho Superior, fiscalizará o bom andamento dos serviços afetos à Defensoria Pública e a atuação funcional de seus membros, sugerindo as medidas que julgar necessárias.

Art. 14 - Compete ao Corregedor-Geral, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou pelo Regimento Interno, ou que forem inerentes ao seu cargo, especialmente;

I - inspecionar, em caráter permanente, a atividade dos membros da Defensoria Pública, recomendando as correções julgadas, necessárias;

II - propor ao Defensor-Geral a realização da sindicância e o processo administrativo para apurar irregularidades existentes na Instituição, das quais tenha conhecimento de ofício ou mediante representação;

III - sugerir ao Defensor-Geral, se for o caso, o afastamento do membro da Defensoria Pública sujeito a correção, sindicância ou processo administrativo.

IV - solicitar, de qualquer autoridade pública e de seus agentes, ou entidades

privadas, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e outras providências necessárias à atuação da Defensoria Pública;

V - manter atualizados, na Corregedoria Geral, registro estatístico dos trabalhos dos membros da Defensoria Pública e pasta de assentamentos, referentes a cada um deles, para os fins convenientes, inclusive o da apuração de merecimento;

VI - superintender e acompanhar os trabalhos de estágio probatório;

VII - representar sobre a conveniência de remoção de membros da Defensoria Pública, resguardando o direito de defesa em processo administrativo, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal;

VIII - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Regimento Interno.

SEÇÃO IV

DA PROCURADORIA DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 15 - A Procuradoria da Defensoria Pública é órgão de atuação da Defensoria Pública junto às instâncias superiores.

Art. 16 - Os cargos de Procurador da Defensoria Pública serão providos mediante promoção, por antigüidade e por merecimento, alternadamente.

Parágrafo Único - A antigüidade e o merecimento serão apurados dentre os defensores Públicos de 1ª Classe.

Art. 17 - Aos Procuradores da Defensoria Pública incumbe:

I - atuar perante o órgão jurisdicional do Tribunal de Justiça e de Alçada;

II - sustentar nos Tribunais, quando necessário, oralmente ou por intermédio de memorial, os recursos interpostos e as razões apresentadas por intermédio da Defensoria Pública;

III - exercer a função de Curador ao vínculo matrimonial, quando designado pelo Juiz;

IV - exercer a função de Curador Especial prevista nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal, representando judicialmente os incapazes e os ausentes, quando designado pelo Juiz.

V - exercer a função de Curador nos recursos interpostos pelos Defensores Públicos, inclusive a de Curador à lide do interditando, quando designado pelo Juiz;

VI - promover ações rescisórias e revisões criminais;

VII - representar, sempre que necessário, contra autoridade da Administração Pública, por atos e omissões que possam caracterizar abuso de autoridade, em detrimento de interesses dos juridicamente necessitados;

VIII - interpor os recursos necessários, sempre que cabíveis.

SEÇÃO V

DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS

Art. 18 - As Defensorias Públicas são órgãos de atuação da Defensoria Pública no 1º Grau de jurisdição.

Art. 19 - O Defensor Público representa a parte, exercendo a advocacia em feito administrativo ou judicial, na 1ª instância, estando habilitado à prática de qualquer ato decorrente do exercício de suas funções institucionais, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.

Art. 20 - Aos Defensores Públicos incumbe, precipuamente:

I - atender e orientar as partes e interessados em locais e horários pré-estabelecidos;

II - postular a concessão da gratuidade de justiça, mediante comprovação do estado de pobreza por parte do interessado;

III - tentar a conciliação das partes antes de promover a ação, quando julgar conveniente;

IV - acompanhar e comparecer aos atos processuais, providenciando para que os feitos tenham a sua tramitação normal, utilizando-se de todos os meios processuais cabíveis;

V - propor a ação penal privada nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;

VI - exercer a função de Curador ao vínculo matrimonial, quando designado pelo Juiz;

VII - exercer a função de Curador Especial e atuar na defesa do menor, quando designado pelo Juiz;

VIII - impetrar habeas-corpus;

IX - requerer a transferência de presos para local adequado, quando necessário;

X - funcionar, quando designado pelo Juiz, em processos criminais, na hipótese do não comparecimento do advogado constituído, mediante a fixação de honorários condizentes, tendo como mínimo a tabela de valores da OAB e recolhidos ao Tesouro do Estado, na forma do art. 5º, parágrafo único;

XI - requerer a internação de menores abandonados ou infratores em estabelecimentos adequados;

XII - requerer o arbitramento dos honorários advocatícios e o recolhimento aos cofres públicos das verbas de sucumbência devidas;

XIII - executar os honorários advoca-

tícios e de sucumbência devidos, por suas atuações nos processos, mediante delegação do Procurador Geral do Estado em conjunto com Procurador do Estado especialmente designado para tal fim;

XIV - representar e comunicar ao Ministério Público, em caso de crime praticado contra a pessoa do defendendo;

XV - defender, no processo criminal, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, se designados pelo Juiz da causa, mediante fixação de honorários condizentes, tendo como mínimo a tabela de valores da OAB, recolhidos ao Estado na forma do parágrafo único do Artigo 5º;

XVI - interpor os recursos cabíveis no processo em que atuarem.

§ 1º - A Defensoria Pública deverá designar Defensores Públicos nos estabelecimentos penais do Estado, para atendimento aos presos e internos juridicamente necessitados.

§ 2º - Competirá à administração do estabelecimento penal, de comum acordo com o Defensor Geral, divulgar amplamente os dias e horários de expediente dos Defensores Públicos, no local, reservar-lhes instalações adequadas ao seu trabalho, dando-lhes a devida segurança pessoal, fornecer-lhes apoio administrativo, prestar-lhes informações e assegurar-lhes o acesso à documentação sobre os presos e internos, aos quais não poderá, sob fundamento algum, negar o direito de entrevista pessoal, direta e reservada com os Defensores Públicos, sob pena, em todos os casos, da prática de ilícito administrativo passível de punição.

Art. 21 - Os Defensores Públicos poderão deixar de promover a ação quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, ou por questão de foro íntimo, comunicando o fato ao Defensor-Geral, com as razões de seu proceder.

TÍTULO III

DA CARREIRA, DA COMPOSIÇÃO E DO PREENCHIMENTO DOS CARGOS EM ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO, LOTAÇÃO E DESIGNAÇÃO

Art. 22 - A Defensoria Pública do Paraná compreende as classes de Procuradores da Defensoria Pública, Defensores Públicos de 1ª classe, Defensores Públicos de 2ª classe, Defensores Públicos de 3ª classe e Defensores Públicos Substitutos, estruturadas em carreira, agrupando

em cada classe os cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades.

Art. 23 - Cada membro da Defensoria Pública terá lotação em um órgão de atuação da Instituição.

Art. 24 - Os membros da Defensoria Pública exercerão, nos órgãos de atuação, funções como titulares, ou em auxílio ou substituição do titular, na seguinte forma:

I - Os Procuradores da Defensoria Pública são titulares, mediante lotação, junto aos Tribunais de Justiça e de Alçada;

II - Os Defensores Públicos de 1.^a classe são titulares, mediante lotação, nas Comarcas de entrância final;

III - Os Defensores Públicos de 2.^a classe são titulares, mediante lotação, nas Comarcas de entrância intermediária;

IV - Os Defensores Públicos de 3.^a classe são titulares, mediante lotação, nas Comarcas de entrância inicial;

V - Os Defensores Públicos Substitutos ficarão à disposição do Gabinete do Defensor Geral, para exercício, mediante designação, em função de auxílio ou de substituição.

Art. 25 - O preenchimento dos cargos em órgãos de atuação da Defensoria Pública é feito por lotação e por designação.

Art. 26 - Os Procuradores da Defensoria Pública poderão ser designados para exercício, em auxílio ou substituição, nos Tribunais de Justiça e de Alçada.

Art. 27 - Os Defensores Públicos de 1.^a, 2.^a e 3.^a classe poderão ser designados para exercício, em auxílio ou substituição, nas Comarcas de entrância final, intermediária e inicial, respectivamente.

Art. 28 - Ficam criados 411 (quatrocentos e onze) cargos na Defensoria Pública de acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, assim distribuídos:

I - 32 (trinta e dois) cargos de Procurador nas instâncias superiores;

II - 120 (cento e vinte) cargos de Defensor Público de entrância final;

III - 109 (cento e nove) cargos de Defensor Público de entrância intermediária;

IV - 85 (oitenta e cinco) cargos de Defensor Público de entrância inicial;

V - 65 (sessenta e cinco) cargos de Defensor Público Substituto.

Parágrafo Único - Fica criado 01 (um) cargo em comissão de Defensor Geral, cujo ocupante terá vencimentos e vantagens

atribuídos a Secretário de Estado.

Art. 29 - Em caso de extinção de Câmara, Comarca ou Vara junto à qual exista órgão de atuação da Defensoria Pública, deverá este ser também extinto, permanecendo o titular do correspondente cargo em atividade, à disposição do Gabinete do Defensor Geral.

Parágrafo Único - Encontrando-se o membro da Defensoria Pública na situação prevista neste artigo, será ele removido para o órgão de sua classe que primeiro vagar, extinguindo-se o cargo a ele correspondente.

Art. 30 - Elevada ou rebaixada a entrância da Comarca, o respectivo Defensor Público conservará a classe anterior à alteração.

CAPÍTULO IV DO PROVIMENTO ORIGINÁRIO

SEÇÃO I DO CONCURSO

Art. 31 - O ingresso na carreira da Defensoria Pública far-se-á no cargo de Defensor Público Substituto, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, promovido pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, obedecendo-se a ordem de classificação, para as nomeações.

§ 1º - Sempre que o número de cargos vagos for igual ou excedente a 10% (dez por cento) dos existentes na classe inicial da carreira, proceder-se-á à abertura de concurso, por proposição do Defensor-Geral da Defensoria Pública.

§ 2º - O concurso obedecerá ao Regulamento elaborado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 32 - O Regulamento do concurso exigirá dos interessados os seguintes requisitos:

I - ser brasileiro e bacharel em Direito;

II - Ter idade inferior a 45 (quarenta e cinco) anos, salvo se já for servidor do Estado do Paraná;

III - estar no gozo dos direitos políticos e em dia com as obrigações atinentes ao Serviço Militar;

IV - gozar de perfeita saúde física e mental, a ser comprovada antes da posse;

V - ser considerado idôneo e apresentar condições pessoais compatíveis com o exercício das funções, a critério exclusivo do Conselho Superior.

Art. 33 - Durante o prazo de validade

do concurso, o Defensor-Geral enviará ao Governador, para nomeação, na ordem decrescente de classificação, tantos nomes de aprovados quantas forem as vagas a preencher.

Parágrafo Único - O concurso será válido por 2 (dois) anos, a partir da publicação do seu resultado, podendo ser prorrogado por igual período, por decisão do Conselho Superior, mediante proposta do Defensor-Geral.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 34 - Os cargos da classe inicial do Quadro da Defensoria Pública serão providos em caráter efetivo, por nomeação do Governador, observada a ordem de encaminhamento dos nomes dos candidatos aprovados em concurso.

Parágrafo Único - O nomeado ficará à disposição do Defensor-Geral para os fins previstos no inciso V, do art. 24.

SEÇÃO III DA POSSE

Art. 35 - O Defensor-Geral dará posse aos membros da Defensoria Pública, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato da nomeação.

§ 1º - A requerimento do interessado, o prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado até 60 (sessenta) dias, havendo motivo justo.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 36 - São requisitos para a posse:

I - habilitação em exame de sanidade e capacidade física e mental, realizado pelo órgão oficial competente ou por entidade que este indicar;

II - declaração de bens;

III - declaração sobre a ocupação ou não de outro cargo, de emprego ou função pública;

IV - cumprimento das condições especiais previstas em lei ou regulamento do concurso;

V - comprovação de ser inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

SEÇÃO IV DO EXERCÍCIO

Art. 37 - O membro da Defensoria Pública deverá entrar em exercício no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da posse.

Art. 38 - Ao membro da Defensoria Pública que for promovido ou removido,

aplica-se, para fins de exercício, o prazo do artigo anterior, contado da data da publicação do correspondente ato.

§ 1º O prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado, havendo motivo justo, a critério do Defensor-Geral.

§ 2º - O membro da Defensoria Pública que for promovido ou removido por merecimento ou antigüidade, terá direito a uma ajuda de custo correspondente à metade de seus vencimentos, de modo a fazer frente às despesas de locomoção, quando o novo cargo tiver de ser ocupado em Comarca diversa daquela onde funcionava anteriormente.

SEÇÃO V DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 39 - A contar da entrada em exercício, em caráter efetivo, no cargo de Defensor Público Substituto, será apurada, durante o período de dois anos, a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) idoneidade moral;
- b) disciplina;
- c) zelo funcional;
- d) eficiência.

§ 1º - Até sessenta dias antes de vencido o período, o Conselho Superior da Defensoria Pública apreciará, por proposta do Corregedor-Geral, cada um dos requisitos, manifestando-se pela permanência ou exoneração do membro da Defensoria Pública.

§ 2º - Se a decisão for pela permanência, a confirmação na carreira será declarada mediante portaria do Defensor-Geral.

§ 3º - Contrário o parecer, o expediente será encaminhado ao Governador do Estado, para a exoneração.

CAPÍTULO V DO PROVIMENTO DERIVADO

SEÇÃO I DA PROMOÇÃO

Art. 40 - As promoções na carreira da Defensoria Pública serão feitas de classe para classe, por antigüidade e por merecimento, alternadamente.

Art. 41 - As promoções na 1ª instância far-se-ão após resolvidos os pedidos de remoção.

Art. 42 - A antigüidade será apurada na classe e determinada pelo tempo de efetivo exercício na mesma.

§ 1º - O eventual empate na classificação por antigüidade resolver-se-á pelo maior tempo de serviço na classe, na Defensoria Pública e, se necessário, pelos

critérios de maior tempo de serviço público estadual, por maior tempo de serviço público em geral, classificação no concurso e o de mais idade. Na classe inicial, o empate resolver-se-á pela ordem de classificação no concurso.

§ 2º - Em janeiro de cada ano, o Defensor-Geral mandará publicar, no órgão oficial, a lista de antigüidade dos membros da Defensoria Pública em cada classe, a qual conterà, em anos, meses e dias, o tempo de serviço na classe, na carreira, no serviço público estadual e no serviço público em geral e o computado para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

§ 3º - As reclamações contra a lista deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias da respectiva publicação, cabendo ao Conselho Superior o seu julgamento.

Art. 43 - O merecimento, também apurado na classe, será aferido pelo Conselho Superior, que levará em conta os fatores seguintes:

I - o procedimento do membro da Defensoria Pública em sua vida pública e particular, o conceito de que goza na Comarca, segundo as observações em correições e em visitas de inspeção, e o mais que conste de seus assentamentos funcionais;

II - a pontualidade e o zelo no cumprimento dos deveres funcionais, a atenção às instruções emanadas da Defensoria-Geral, aquilatadas pelas observações feitas nas correições e visitas de inspeção;

III - a eficiência no desempenho de suas funções verificadas através dos trabalhos produzidos;

IV - a contribuição à organização e à melhoria dos serviços judiciários e correlatos;

V - o aprimoramento de sua cultura jurídica, através de cursos especializados, publicações de livros, teses, estudos e artigos e obtenção de prêmios, tudo relacionado com a sua atividade funcional;

VI - a atuação em Comarca que apresente particular dificuldade para o exercício das funções.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, o Corregedor-Geral fará presente à sessão do Conselho Superior a pasta de assentamentos dos membros da Defensoria Pública que possam ser votados para compor a lista tríplice a que alude o artigo 44.

Art. 44 - A promoção por merecimento dependerá da lista tríplice para cada vaga, organizada pelo Conselho Superior, em sessão secreta, com ocupantes do primeiro terço da lista de antigüidade.

§ 1º - Serão incluídos na lista tríplice os nomes dos que obtiverem os votos da maioria absoluta dos votantes, proce-

dendo-se a tantas votações quantas sejam necessárias para a composição da lista.

§ 2º - A lista de promoção por merecimento poderá conter menos de 3 (três) nomes, tão só na hipótese dos remanescentes da classe, com o requisito do interstício, somarem número inferior a 3 (três).

§ 3º - Não poderá integrar lista de promoção por merecimento, o Defensor Público que estiver afastado da Defensoria Pública do Paraná, para exercer mandato eletivo.

§ 4º - O membro da Defensoria Pública que tiver figurado em 3 (três) listas consecutivas de promoção por merecimento, será obrigatoriamente promovido.

Art. 45 - Os membros da Defensoria Pública somente poderão ser promovidos após 2 (dois) anos de efetivo exercício na classe.

Parágrafo Único - Dispensar-se-á o prazo de interstício previsto neste artigo se não houver quem preencha tal requisito ou se quem o preencher recusar a promoção.

Art. 46 - O Defensor-Geral ao receber a lista de promoção por merecimento com a ordem de escrutínios e o número de votos obtidos, assim como quantas vezes os indicados tenham entrado em listas anteriores, organizará as respectivas propostas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do respectivo expediente.

Art. 47 - É lícita a recusa à promoção, que deverá ser manifestada na forma regulada pelo Conselho Superior.

Parágrafo Único - Quando se tratar de recusa à promoção por antigüidade, a indicação recairá no Defensor Público que se seguir na lista.

Art. 48 - As vagas serão providas uma a uma ainda que existam várias a serem preenchidas na mesma classe.

SEÇÃO II

DO REINGRESSO

Art. 49 - O reingresso na carreira da Defensoria Pública dar-se-á em virtude de reintegração ou aproveitamento.

Art. 50 - A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judicial, importa no retorno do membro da Defensoria Pública ao cargo que anteriormente ocupava, restabelecidos os direitos e vantagens atingidos pelo ato demissionário observadas as seguintes normas:

I - se o cargo estiver extinto, o reintegrado será posto em disponibilidade;

II - se no exame médico for considerado incapaz, o reintegrado será aposentado

com os proventos a que teria direito se passasse à inatividade após efetivada a reintegração.

Art. 51 - O aproveitamento é o retorno à carreira, do membro da Defensoria Pública posto em disponibilidade.

Parágrafo Único - O aproveitamento dar-se-á, obrigatoriamente, na primeira vaga da classe a que pertencer o membro da Defensoria Pública, sem prejuízo da ordem pré-estabelecida.

Art. 52 - O aproveitamento terá precedência sobre as demais formas de provimento.

Art. 53 - Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo em disponibilidade e, em caso de empate, o de maior tempo na Defensoria Pública.

Art. 54 - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o membro da Defensoria Pública, cientificado expressamente do ato de aproveitamento, não tomar posse no prazo pertinente, salvo justo motivo.

Art. 55 - O reingresso far-se-á por ato do Governador do Estado, aplicando-se à posse e exercício conseqüentes as disposições desta Lei.

SEÇÃO III

DA REMOÇÃO

Art. 56 - A remoção de membros da Defensoria Pública de um órgão de atuação para outro da mesma classe poderá ocorrer a pedido, por ato do Defensor-Geral, ouvido o Conselho Superior, ou compulsoriamente, no interesse da administração, por decisão do Conselho Superior, e assegurada ampla defesa.

§ 1º - Publicado no órgão oficial o ato que deu causa à vaga, o Defensor-Geral receberá, até os 10 (dez) dias seguintes, os pedidos dos pretendentes à remoção por antigüidade ou merecimento, conforme seja o caso.

§ 2º - A remoção compulsória dar-se-á para Comarcas de igual entrância.

Art. 57 - A remoção por permuta, admissível entre membros da Defensoria Pública da mesma classe, dependerá de requerimento conjunto dirigido ao Defensor-Geral, que o encaminhará ao Conselho Superior para apreciação.

Art. 58 - É vedada a permuta entre membros da Defensoria Pública:

I - quando um dos permutantes estiver habilitado à promoção em razão da existência de vaga na classe superior;

II - no período de um ano do limite de idade para a aposentadoria compulsória de qualquer dos permutantes;

III - ao membro da Defensoria Pública que estiver aprovado em concurso para qualquer outra carreira;

IV - quando um dos permutantes não estiver em efetivo exercício na lotação.

Parágrafo Único - Denegado pela maioria absoluta dos membros do Conselho, o pedido será arquivado.

Art. 59 - Depois de apreciar os pedidos de remoção, e preenchidas as vagas por antigüidade ou merecimento, o Conselho Superior da Defensoria Pública deverá encaminhar ao Defensor-Geral as respectivas listas para provimento das vagas remanescentes, através de promoção.

CAPÍTULO VI

DA VACÂNCIA DOS CARGOS

Art. 60 - A vacância de cargos da carreira da Defensoria Pública poderá decorrer de:

I - Exoneração a pedido ou ex-offício;

II - demissão;

III - promoção;

IV - aposentadoria;

V - invalidez permanente;

VI - falecimento.

Art. 61 - Será expedido ato de exoneração ex-offício no caso de:

I - posse do membro da Defensoria Pública em outro cargo efetivo, salvo se permissível a acumulação;

II - não satisfeitas as condições do estágio probatório.

Art. 62 - Dar-se-á a vacância na data do fato ou da publicação do ato que lhe der causa.

TÍTULO IV

DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

CAPÍTULO I

DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 63 - Os membros da Defensoria Pública gozarão das seguintes garantias:

I - estabilidade, não podendo, após dois anos de exercício, perder o cargo senão por sentença judicial ou em virtude de processo administrativo com ampla defesa;

II - inamovibilidade, salvo represen-

tação motivada do Defensor-Geral, com fundamento em conveniência do serviço e interesse da Defensoria Pública, por decisão do Conselho Superior e assegurada ampla defesa;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado o que dispõe o artigo 27, XI da Constituição Estadual e os artigos 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal;

IV - revisão de vencimentos e vantagens, em igual percentual, sempre que revistos os das carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal.

Art. 64 - Os vencimentos dos membros da carreira da Defensoria Pública deverão ser fixados com diferença de 5% (cinco por cento) de uma para outra classe.

Parágrafo Único - Para os efeitos da presente Lei, a remuneração de Procurador da Defensoria Pública, guardará identidade com o limite fixado pela Lei nº 9105, de 23 de outubro de 1989, alterada pela Lei nº 9361, de 12 de setembro de 1990, e, para os demais cargos da carreira, observar-se-á diferença percentual existente entre os mesmos, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 65 - Em caso de infração penal imputada a membro da carreira da Defensoria Pública, a autoridade policial, tomando dela conhecimento, comunicará o fato ao Defensor-Geral ou ao seu substituto legal.

Parágrafo Único - A prisão ou detenção provisória de membro da Defensoria Pública, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao Defensor-Geral sob pena de responsabilidade de quem não o fizer, e só será executada em quartel ou prisão especial, à disposição da autoridade competente.

Art. 66 - São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública:

I - usar distintivos e vestes talares, de acordo com os modelos oficiais;

II - possuir carteira de identidade funcional, conforme modelo aprovado pelo Defensor-Geral, podendo solicitar, se necessário, o auxílio e a colaboração das autoridades públicas para o desempenho de suas funções, e acesso a locais públicos;

III - requerer diretamente das autoridades competentes certidões, solicitar os esclarecimentos de que necessitarem e acompanhar as diligências que requererem, sempre no exercício de suas funções;

IV - utilizar-se dos meios de comunicação do Estado no interesse do serviço e, da mesma forma, dos Municípios, quando se trate do patrocínio de direitos dos res-

pectivos municípios;

V - dispor nos Tribunais e locais de funcionamento de órgãos judiciários de instalações compatíveis com a relevância de seus cargos, usando efetivamente as dependências que lhe são reservadas;

VI - ingressar nos recintos das sessões e audiências, neles permanecer e deles sair, independentemente de autorização;

VII - usar da palavra, pela ordem, falando sentado ou em pé, durante a realização de audiência ou sessão, em qualquer juízo ou Tribunal;

VIII - agir, em juízo ou fora dele, com dispensa de emolumentos e custas, na forma da lei, quando no desempenho da função;

IX - ter vistas dos processos fora dos Cartórios e Secretarias, ressalvadas as vedações legais;

X - comunicar-se, pessoal e reservadamente com seus assistidos, ainda quando estes se achem presos ou detidos;

XI - examinar, em qualquer repartição policial ou judiciária, autos de flagrante, inquéritos e processos, quando necessitar de prova ou de informações úteis ao exercício de suas funções.

CAPÍTULO II

DA REMUNERAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67 - A remuneração dos cargos da carreira da Defensoria Pública compreende o vencimento e as vantagens pecuniárias.

Art. 68 - Os inativos da Defensoria Pública receberão proventos observado o artigo 40, § 4º da Constituição Federal e o artigo 35, § 3º da Constituição Estadual.

Art. 69 - A remuneração dos membros da Defensoria Pública não sofrerá descontos além dos previstos em lei, salvo quando se tratar de:

I - prestação de alimentos determinada judicialmente;

II - reposição ou ressarcimento devido à Fazenda Pública;

III - desconto facultativo, a seu próprio pedido.

Parágrafo Único - As reposições e ressarcimentos devidos à Fazenda Pública serão descontados em parcelas mensais, não excedentes da quinta parte do vencimento.

SEÇÃO II DO VENCIMENTO

Art. 70 - Os vencimentos dos membros da Defensoria Pública não serão inferiores àqueles atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal, observada a correlação de classes e entrâncias, a partir da inicial de cada uma delas, assegurando-se a revisão dos vencimentos, em igual percentual, sempre que revistos os atribuídos àquelas.

SEÇÃO III

DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS

Art. 71 - O membro da Defensoria Pública terá direito a perceber, além dos vencimentos, as seguintes vantagens:

I - gratificação adicional por tempo de serviço;

II - ajuda de custo;

III - diárias;

IV - auxílio-doença;

V - salário-família;

VI - representação.

SUBSEÇÃO I

DA GRATIFICAÇÃO ADICIONAL

E DA REPRESENTAÇÃO

Art. 72 - O membro da Defensoria Pública fará jus à gratificação adicional por tempo de serviço, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) por quinquênio até o limite de 35% (trinta e cinco por cento).

§ 1º - A gratificação de que trata o caput é devida a partir do dia imediato àquele em que o servidor completar o quinquênio, e para efeito de seu cálculo, computar-se-á todo o tempo de serviço público reconhecido por lei para esse fim e averbado nos respectivos assentamentos funcionais, independentemente de requerimento.

§ 2º - O valor da verba de representação será equivalente a 170% (cento e setenta por cento) do vencimento básico.

SUBSEÇÃO II

DA AJUDA DE CUSTO

Art. 73 - No caso de afastamento do Estado, por prazo superior a 30 (trinta) dias, em cumprimento de missão que lhe seja confiada pelo Defensor-Geral, o membro da Defensoria Pública fará jus, a título de ajuda de custo, ao equivalente a um vencimento básico por mês.

SUBSEÇÃO III DAS DIÁRIAS

Art. 74 - O membro da Defensoria

Pública que, em razão do serviço, se deslocar temporariamente da Comarca em que atuar, terá direito à percepção de diárias na forma estabelecida por resolução do Defensor-Geral, obedecida a legislação pertinente.

Art. 75 - Também fará jus à percepção de diária o membro da Defensoria Pública que se afastar do Estado, por prazo inferior a 30 (trinta) dias, inclusive para a participação, como autor de tese, membro de comissão técnica ou delegado do Defensor-Geral em congressos, simpósios, seminários e outros conclaves, dependendo sempre de ato da Chefia da Defensoria Pública, observada a legislação pertinente.

SUBSEÇÃO IV

DO AUXÍLIO DOENÇA

Art. 76 - Após cada período de 12 (doze) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o membro da Defensoria Pública terá direito a 1 (um) mês de vencimento, a título de auxílio-doença.

SEÇÃO IV

DOS PROVENTOS DA INATIVIDADE

Art. 77 - O vencimento com as vantagens incorporáveis comporão os proventos de aposentadoria dos membros da Defensoria Pública integrando-os quaisquer gratificações ou parcelas financeiras percebidas em caráter permanente.

Art. 78 - Os proventos da aposentadoria serão integrais ou proporcionais, conforme o disposto no art. 35 da Constituição Estadual.

§ 1º - Entende-se por acidente no serviço o evento que cause dano físico ou mental ao membro da Defensoria Pública e que seja relacionado com o exercício de suas funções.

§ 2º - Equipara-se ao acidente no serviço a agressão, quando não provocada, sofrida por membro da Defensoria Pública em razão do desempenho de suas funções.

§ 3º - Nos casos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo, o laudo resultante da inspeção médica deverá estabelecer rigorosamente a caracterização do acidente no serviço.

Art. 79 - Aos membros da Defensoria Pública inativos, são assegurados os direitos e vantagens previstos na legislação vigente ao tempo de ingresso na inatividade.

Art. 80 - A pensão por morte devida

aos dependentes de membros da Defensoria Pública será reajustada, na mesma proporção, sempre que for alterada a remuneração dos membros da instituição, que estejam em atividade.

CAPÍTULO IV

DO TEMPO DE SERVIÇO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - A apuração do tempo de serviço dos membros da Defensoria Pública será feita em dias.

Parágrafo Único - O número de dias será convertido em anos e meses, considerado o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) e o mês como de 30 (trinta) dias.

Art. 82 - Será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço público federal, estadual, municipal, autárquico e nas fundações públicas.

Art. 83 - Considerar-se-á em efetivo exercício do cargo o membro da Defensoria Pública afastado em virtude de:

- I - casamento, até 8 (oito) dias;
- II - luto, por falecimento de cônjuge, pais, filhos ou irmãos até 8 (oito) dias;
- III - missão oficial;
- IV - férias;
- V - licença para tratamento de saúde;
- VI - licença por doença em pessoa da família, na forma do artigo 93;
- VII - licença à gestante;
- VIII - licença-prêmio;
- IX - licença para estudo;
- X - outras causas legalmente previstas.

Art. 84 - O período de afastamento do membro da Defensoria Pública para exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Art. 85 - As férias e licenças dos membros da Defensoria Pública serão concedidas pelo Defensor-Geral.

SEÇÃO II

DAS FÉRIAS

Art. 86 - Os membros da Defensoria Pública gozarão férias individuais ou coletivas por 30 (trinta) dias em cada ano.

§ 1º - As férias anuais, coletivas ou individuais, dos membros da Defensoria Pública serão concedidas de acordo com escala para este fim organizada pelo Defensor Geral, na forma do Regimento Interno.

§ 2º - As férias não gozadas no período, por conveniência do serviço, poderão sê-lo, acumuladamente no ano seguinte.

§ 3º - As férias não poderão ser fracionadas salvo nos casos em que as mesmas devam ser suspensas por justificada exigência de serviço.

Art. 87 - O membro da Defensoria Pública em estágio probatório só gozará férias após completar 01 (um) ano de efetivo exercício.

Art. 88 - Não poderá entrar em gozo de férias o membro da Defensoria Pública que tiver processo em seu poder por tempo excedente ao prazo legal.

Art. 89 - O membro da Defensoria Pública, promovido ou removido durante o gozo de férias, contará do término destas o prazo para assumir suas novas funções.

SEÇÃO III

DAS LICENÇAS

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 90 - Conceder-se-á licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - por doença em pessoa da família;
- III - à gestante;
- IV - prêmio;
- V - para o trato de interesses particulares;
- VI - por motivo de afastamento de cônjuge;
- VII - para estudo;
- VIII - nos casos previstos em outras leis.

SUBSEÇÃO II

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 91 - Aos membros da Defensoria Pública será concedida licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração que fizer jus.

Art. 92 - A licença de que trata o artigo anterior poderá ser concedida por período de duração máxima de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis a pedido ou de ofício tantas vezes quantas necessárias.

Parágrafo Único - Findo o prazo da licença, o membro da carreira da Defensoria

Pública retornará ao exercício de seu cargo.

SUBSEÇÃO III

DA LICENÇA POR DOENÇA EM PESSOA

DA FAMÍLIA

Art. 93 - Será concedida licença por doença em pessoa da família quando o membro da Defensoria Pública comprove ser indispensável sua assistência pessoal ao enfermo e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício de suas funções.

§ 1º - Consideram-se pessoas da família, para os efeitos deste artigo:

I - os pais;

II - o cônjuge;

III - os filhos;

IV - outros parentes, comprovada a estreita ligação pessoal com o requerente.

§ 2º - A doença será comprovada mediante atestado médico e confirmada, se for o caso, posteriormente, por junta médica, na forma regimental.

Art. 94 - A licença de que trata o artigo anterior será concedida a pedido, com base em atestado médico ou perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 95 - Será concedida licença por doença em pessoa da família por período de duração máxima de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis, a pedido, tantas vezes quantas necessárias.

Parágrafo Único - Finda a licença, o membro da carreira da Defensoria Pública retornará ao exercício do seu cargo.

SUBSEÇÃO IV

DA LICENÇA À GESTANTE

Art. 96 - À gestante será concedida, mediante atestado médico, a ser confirmado, se for o caso, por junta médica, na forma regimental, licença pelo prazo de 04 (quatro) meses, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

SUBSEÇÃO V

DA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 97 - O membro da Defensoria Pública poderá obter, a pedido licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - Findo o prazo da li-

cença, o membro da carreira da Defensoria Pública retornará ao exercício de seu cargo.

SUBSEÇÃO VI

DA LICENÇA POR MOTIVOS DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE

Art. 98 - Será concedida, ao membro da Defensoria Pública, licença sem vencimento para acompanhar o cônjuge eleito para cargo eletivo federal ou mandado servir em outra localidade, se servidor público civil ou militar.

Art. 99 - A concessão de licença dependerá de pedido devidamente instruído que deverá, se for o caso, ser renovado de dois em dois anos.

SUBSEÇÃO VII

DA LICENÇA PARA ESTUDO

Art. 100 - A critério do Conselho Superior da Defensoria Pública, observadas as exigências legais, o Defensor Público poderá afastar-se de seu cargo efetivo:

I - para freqüentar curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização;

II - para estudo determinado pelo Defensor-Geral.

§ 1º - O afastamento previsto no inciso I deste artigo, não poderá exceder a 02 (dois) anos, a critério exclusivo da autoridade concedente, prorrogável uma única vez e, no máximo, por até dois anos, de modo que a duração total não ultrapasse a 04 (quatro) anos.

§ 2º - No caso de cônjuge, ambos Defensores Públicos, que solicitarem o afastamento previsto nos incisos I e II deste artigo, terão direito a receber vencimentos ou remuneração e demais vantagens.

§ 3º - Os demais casos serão estabelecidos no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DA APOSENTADORIA E DA DISPONIBILIDADE

SEÇÃO I

DA APOSENTADORIA

Art. 101 - O membro da Defensoria Pública será aposentado, após, no mínimo, cinco anos de exercício efetivo na instituição:

I - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;

II - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de

serviço, quando do sexo masculino e aos 30 (trinta) anos, quando do feminino;

b) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

c) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - por invalidez comprovada.

Parágrafo Único - A aposentadoria compulsória vigorará a partir do dia em que for atingida a idade limite.

Art. 102 - A aposentadoria por invalidez será concedida a pedido ou decretada de ofício e dependerá, em qualquer caso, de verificação de moléstia que venha a determinar, ou que haja determinado, o afastamento contínuo da função por mais de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - A inspeção de saúde para os fins do presente artigo poderá ser determinada pelo Defensor-Geral, ex-offício, ou mediante proposta do Conselho Superior e será efetuada na forma regimental.

Art. 103 - Para efeito de aposentadoria, computar-se-á:

I - o tempo de serviço militar, nos casos previstos em lei;

II - o tempo de serviço público, nos casos previstos em lei.

SEÇÃO II

DA DISPONIBILIDADE

Art. 104 - Será colocado em disponibilidade o membro da Defensoria Pública cujo cargo seja extinto e o que se encontra na situação prevista no artigo 50, inciso I.

Art. 105 - Aos membros da Defensoria Pública que passarem à disponibilidade aplica-se o disposto no artigo 103.

TÍTULO V

DOS DEVERES, PROIBIÇÕES E IMPEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 106 - Os membros da Defensoria Pública devem ter irrepreensível procedimento na vida pública e particular, pugnando pelo prestígio da justiça, velando pela dignidade de suas funções e respeitando a dos Magistrados, a dos membros do Ministério Público e a dos Advogados.

Parágrafo Único - É dever dos membros

da Defensoria Pública:

I - comparecer diariamente, no horário normal do expediente, à sede do órgão onde funcionem, exercendo os atos de seu ofício;

II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe forem atribuídos pelo Defensor-Geral;

III - respeitar as partes e tratá-las com urbanidade;

IV - zelar pela regularidade dos feitos em que funcionarem e, de modo especial, pela observância dos prazos legais;

V - observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar e, especialmente, nos que tramitam em segredo de justiça;

VI - velar pela boa aplicação dos bens confiados à sua guarda;

VII - representar ao Defensor-Geral sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribuições funcionais;

VIII - apresentar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública relatório de suas atividades, com dados estatísticos de atendimento e, se for o caso, sugerir providências visando a melhoria dos serviços da Defensoria Pública, no âmbito de sua atuação;

IX - prestar as informações solicitadas pelo órgão da administração superior da Defensoria Pública;

X - residir na Comarca onde estiver lotado.

Art. 107 - Aos membros da Defensoria Pública é vedado especialmente:

I - exercer a advocacia, fora das atribuições inconstitucionais;

II - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.

CAPÍTULO II

DOS IMPEDIMENTOS, INCOMPATIBILIDADES E SUSPEIÇÕES

Art. 108 - É defeso ao membro da Defensoria Pública exercer as suas atividades em processo ou procedimento:

I - em que seja parte, ou de qualquer forma interessado;

II - em que haja atuado como representante da parte, perito, juiz, membro do Ministério Público, autoridade judicial, escrivão de polícia, auxiliar de justiça ou prestado depoimento como testemunha;

III - em que for interessado cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o 3º (terceiro) grau;

IV - no qual haja postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas

no inciso anterior;

V - em que qualquer das pessoas mencionadas no inciso III funcione, ou haja funcionado, como magistrado, membro do Ministério Público, autoridade policial, escrivão de polícia ou auxiliar de justiça;

VI - nos demais casos previstos em lei.

Art. 109 - O membro da Defensoria Pública não poderá servir em órgão de atuação junto a juízo do qual seja titular o cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o 3º (terceiro) grau.

Art. 110 - O membro da Defensoria Pública dar-se-á por suspeito quando:

I - houver opinado contrariamente à pretensão da mesma parte;

II - houver motivo de ordem íntima que o iniba de funcionar;

III - ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual.

Art. 111 - Na hipótese prevista no inciso II do artigo anterior, o membro da Defensoria Pública comunicará ao Defensor-Geral, em expediente reservado, o motivo de sua suspeição.

TÍTULO VI

DA RESPONSABILIDADE FUNCIONAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 112 - Pelo exercício irregular da função pública, o membro da Defensoria Pública responde penal, civil e administrativamente.

Art. 113 - A responsabilização administrativa de membro da Defensoria Pública dar-se-á sempre através de processo desencadeado pelo Defensor-Geral.

Art. 114 - A atividade funcional dos membros da Defensoria Pública estará sujeita à inspeção permanente, através de correções ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º - A correção ordinária será feita pelo Corregedor-Geral, em caráter de rotina, para verificar a eficiência e assiduidade dos membros da Defensoria Pública, bem como a regularidade dos serviços que lhe sejam afetos.

§ 2º - A correção extraordinária será realizada pelo Corregedor-Geral, de Ofício ou por solicitação do Defensor Geral, sempre que conveniente, no desempenho das atribuições previstas no artigo 14 ou para qualquer outro fim específico de interesse

da administração.

Art. 115 - Concluída a correção, o Corregedor-Geral comunicará ao Defensor-Geral, em expediente reservado, a ocorrência de violação de deveres funcionais caso verificada, por parte do membro da Defensoria Pública, para as providências cabíveis.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 116 - São aplicáveis aos membros da Defensoria Pública as seguintes sanções disciplinares:

I - advertência;

II - censura;

III - suspensão;

IV - demissão;

V - cassação da aposentadoria.

Art. 117 - A decisão que impuser sanção disciplinar será sempre motivada e levará em conta a natureza, as circunstâncias, a gravidade e as conseqüências da falta, bem como os antecedentes do faltoso.

Parágrafo Único - Nenhuma sanção será aplicada a membro da Defensoria Pública, sem que seja ele antes ouvido, no devido processo legal.

Art. 118 - A advertência será aplicada no caso de negligência no exercício das funções.

Parágrafo Único - A advertência será feita verbalmente ou por escrito, sempre de forma reservada, após o devido processo legal.

Art. 119 - a censura caberá nas hipóteses de:

I - falta de cumprimento do dever funcional;

II - desatendimento a determinação dos órgãos de administração superior da Defensoria Pública;

III - reincidência em falta punida com pena de advertência;

Parágrafo Único - A censura será feita verbalmente ou por escrito, reservadamente, após o devido processo legal.

Art. 120 - A suspensão será aplicada nos seguintes casos:

I - violação intencional do dever funcional ou culpa grave no exercício da função;

II - reincidência ou falta punida com as penas de censura;

III - retardamento de ato funcional ou descumprimento dos prazos legais.

Parágrafo Único - A suspensão não ex-

cederá a 90 (noventa) dias e acarretará a perda dos direitos e vantagens decorrentes do exercício do cargo, não podendo ter início durante o período de férias ou de licença.

Art. 121 - Aplicar-se-á a pena de demissão nos casos de:

I - abandono do cargo, nas hipóteses previstas no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado;

II - conduta incompatível com o exercício do cargo, assim considerada a prática de jogos proibidos, a embriaguez habitual, o uso de tóxicos e a incontinência pública e escandalosa;

III - improbidade funcional;

IV - perda da nacionalidade brasileira;

V - prática de crime que afete a reputação da Defensoria Pública.

Art. 122 - A cassação da aposentadoria terá lugar se ficar comprovado que o aposentado praticou, quando ainda no exercício do cargo, falta suscetível de determinar demissão.

Art. 123 - Ocorrerá a prescrição:

I - em 2 (dois) anos, quando a falta for sujeita às penas de advertência e censura;

II - em 5 (cinco) anos nos demais casos.

CAPÍTULO III

DA SINDICÂNCIA

Art. 124 - A sindicância, sempre em caráter sigiloso, será promovida pela Corregedoria-Geral nos seguintes casos:

I - como preliminar do processo disciplinar, quando necessário;

II - para apuração de falta funcional, em qualquer outro caso, sempre que necessário.

Art. 125 - A sindicância deverá estar concluída em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do Defensor-Geral.

Art. 126 - O sindicante deverá colher todas as informações que entender necessárias, ouvindo o denunciante, o sindicado, as testemunhas, se houver, bem como proceder a juntada de quaisquer documentos capazes de esclarecer o ocorrido.

§ 1º - O sindicante, após concluída a fase cognitiva, apresentará relatório de caráter expositivo.

§ 2º - Em seguida ao relatório expositivo terá, o sindicado, 5 (cinco) dias para se pronunciar.

Art. 127 - Recebidos os autos do sindicante o Corregedor-Geral poderá determinar as diligências que entender pertinentes e, após, fará relatório conclusivo ao Defensor-Geral, propondo as medidas cabíveis.

Art. 128 - Da decisão proferida pelo Defensor-Geral caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, o qual decidirá no prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 129 - Compete ao Defensor-Geral da Defensoria Pública determinar a instauração de processo disciplinar para a apuração de falta punível com as sanções previstas no Capítulo II do Título VI, observado o sigilo no procedimento.

Art. 130 - O ato do Defensor-Geral que determinar a instauração do processo disciplinar deverá conter o nome, a qualificação do indiciado e a exposição sucinta dos fatos a ele imputados.

Art. 131 - A comissão para promover o processo disciplinar será composta de 3 (três) membros da Defensoria Pública, designados pelo Defensor-Geral, um dos quais, obrigatoriamente, Defensor-Público de 1ª classe, que a presidirá.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão serão sempre de classe igual ou superior à do réu.

Art. 132 - À Comissão serão assegurados todos os meios necessários ao desempenho de suas funções.

Parágrafo Único - Os órgãos estaduais deverão atender com a máxima presteza as solicitações da comissão, inclusive requisição de técnicos e peritos.

Art. 133 - A comissão deverá iniciar seus trabalhos dentro de 5 (cinco) dias de sua constituição.

§ 1º - O procedimento deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da instalação dos trabalhos, prorrogável esse prazo, a critério do Defensor-Geral, por períodos de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - A inobservância dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior não acarretará nulidade do processo, podendo importar, contudo, em falta funcional dos integrantes da comissão e suas respectivas substituições.

Art. 134 - Instalados os seus traba-

lhos, a comissão iniciará a instrução do processo com a citação do indiciado para ser ouvido, o qual, no mandado, será cientificado de que deverá comparecer acompanhado de advogado.

§ 1º - A citação será pessoal ao indiciado, entregando-se-lhe na ocasião, cópia do ato referido no artigo 138. Não encontrado o indiciado, a citação será feita por edital publicado por 3 (três) vezes no Diário Oficial, com o prazo de 10 (dez) dias para comparecimento, a contar da terceira e última publicação, a fim de ser ouvido.

§ 2º - Em caso de revelia, o presidente da comissão designará como defensor do indiciado, um membro da Defensoria Pública da mesma classe, ao qual caberá apresentar defesa por escrito e acompanhar o processo até o final.

§ 3º - Da data marcada para a audiência do indiciado correrá o prazo de 5 (cinco) dias para o oferecimento de sua defesa preliminar.

§ 4º - Em qualquer fase do processo será permitida a intervenção de advogado constituído pelo indiciado.

Art. 135 - A comissão procederá a todos os atos e diligências que entender necessários ao completo esclarecimento dos fatos, inclusive ouvindo testemunhas, promovendo perícias, realizando inspeções locais e examinando documentos e autos.

Parágrafo Único - Será assegurado ao indiciado o direito de participar, pessoalmente ou por seu defensor, dos atos processuais, podendo, inclusive, requerer provas, contraditar e inquirir testemunhas, oferecer quesitos e indicar assistentes técnicos.

Art. 136 - Terminada a instrução, abrir-se-á o prazo de 3 (três) dias para a especificação de diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, mediante requerimento do indiciado ou deliberação da comissão.

§ 1º - A comissão poderá indeferir as diligências requeridas pelo indiciado quando revelarem o propósito de procrastinar o processo ou quando não tiverem relação direta com os fatos objeto de apuração.

§ 2º - Para a apuração de fatos fora do território do Estado, a comissão poderá delegar atribuições a um de seus membros.

Art. 137 - Encerrada a fase de diligências, será indiciado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer alegações finais de defesa.

Art. 138 - Decorrido o prazo estabelecido no artigo anterior, a comissão, em 15

(quinze) dias, remeterá o processo ao Defensor-Geral, com relatório conclusivo, no qual especificará, se for o caso, as sanções efetivamente aplicáveis.

Parágrafo Único - Divergindo os membros da comissão quanto aos termos do relatório, deverão constar do processo as razões apresentadas pelos divergentes.

Art. 139 - O Defensor-Geral da Defensoria Pública, ao receber o processo, procederá de um dos seguintes modos:

I - julgará improcedente a imputação feita ao membro da Defensoria Pública, determinando o arquivamento do processo ou designará outra comissão para mais completa apuração dos fatos;

II - aplicará ao acusado a penalidade que entender cabível, quando de sua competência;

III - sendo a sanção cabível a de demissão ou a de cassação ou aposentadoria, encaminhará o processo ao Governador do Estado para a prática do ato competente se mantida a decisão pelo Conselho Superior.

Parágrafo Único - Da decisão proferida, caberá recurso ao Conselho Superior da Defensoria Pública, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 140 - Ao determinar a instauração do processo disciplinar, ou no curso deste, o Defensor-Geral poderá ordenar o afastamento provisório do indiciado de suas funções, desde que necessária a medida para a garantia da regular apuração dos fatos.

§ 1º - O afastamento será determinado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, por períodos de 60 (sessenta) dias.

§ 2º - O afastamento dar-se-á sem prejuízo dos direitos e vantagens do indiciado, constituindo medida acauteladora, sem caráter de sanção.

Art. 141 - Aplicam-se, subsidiariamente, ao processo disciplinar de que cuida este Capítulo, no que couber, as normas da legislação processual penal e as da legislação atinente aos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado.

CAPÍTULO V

DA REVISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR E DO CANCELAMENTO DA PENA

Art. 142 - Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão do processo disciplinar de que tenha resultado imposição de sanção, sempre que forem alegados vícios insanáveis no processo ou fatos e provas, ainda não apreciados, que possam justificar nova decisão.

§ 1º - Não constitui fundamento para a

revisão a simples alegação de injustiça da penalidade imposta.

§ 2º - Não será admitida a reiteração do pedido de revisão pelo mesmo motivo.

Art. 143 - A revisão poderá ser pleiteada pelo punido ou, em caso de sua morte ou desaparecimento, pelo cônjuge, filhos, pais ou irmãos.

Art. 144 - O pedido de revisão será dirigido à autoridade que houver aplicado a sanção, e aquela, se o admitir, determinará o seu processamento em apenso aos autos originais.

Art. 145 - A petição será instruída com as provas de que o requerente dispuser e indicará as que pretenda sejam produzidas.

Art. 146 - Julgada procedente a revisão, poderá ser cancelada ou modificada a pena imposta ou anulado o processo.

§ 1º - Se a pena cancelada for a de demissão, o requerente será reintegrado.

§ 2º - Procedente a revisão, o requerente será ressarcido dos prejuízos que tiver sofrido e terá restabelecidos todos os direitos atingidos pela sanção imposta.

Art. 147 - O membro da Defensoria Pública que houver sido punido com pena de advertência ou censura, poderá requerer ao Defensor-Geral o cancelamento das respectivas notas em seus assentamentos, decorridos 03 (três) anos da decisão final que as aplicou. O cancelamento será deferido se o procedimento do requerente, no triênio que aconteceu o pedido, autorizar a convicção de que não reincidirá na falta.

TÍTULO VII

DO ESTÁGIO FORENSE

Art. 148 - É instituído o Estágio Forense, junto à Defensoria Pública, a ser realizado pelo corpo de estagiários, constituído de acadêmicos dos 02 (dois) últimos anos das Faculdades de Direito Oficiais ou reconhecidas, sediadas no Estado do Paraná, os quais atuarão como auxiliares na instituição, desempenhando tarefas que lhe forem atribuídas, em consonância com o respectivo Regimento, editado na forma do artigo 11, inciso IV, desta Lei.

§ 1º - O Regimento, a que se refere este artigo, disciplinará o funcionamento do estágio forense, bem como estabelecerá os critérios seletivos dos estagiários e os de sua avaliação.

§ 2º - O Defensor Público, junto ao

qual atuar o estagiário, deverá orientá-lo, distribuir-lhe tarefas e avaliar o seu desempenho.

Art. 149 - O estágio forense, desenvolvido pelo acadêmico, qualquer que seja seu tempo de duração, não gera nenhum vínculo jurídico funcional, empregatício ou obrigacional, por parte do Poder Público, nem dá direito a pagamento de vencimento, salário ou qualquer outra forma de remuneração ou indenização.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 150 - Aplicam-se, subsidiariamente, aos membros da Defensoria Pública, as disposições do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 151 - Até a instalação da Defensoria Pública do Paraná, a prestação da Assistência Jurídica Gratuita pelo Estado permanecerá sob a responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado.

§ 1º - A responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado ficará automaticamente extinta com a instalação da Defensoria Pública do Paraná.

§ 2º - O Procurador Geral do Estado, providenciará o regulamento e efetivará as eleições a serem procedidas nos termos desta lei.

Art. 152 - É assegurado aos defensores públicos investidos na função até 1º de fevereiro de 1987, o direito de opção pela carreira instituída por esta lei.

Art. 153 - O Poder Executivo baixará, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta lei, os atos necessários à sua execução.

Art. 154 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações constantes do Orçamento do Estado.

Art. 155 - Os integrantes da carreira de Defensor Público terão vencimento básico nos valores estabelecidos no anexo único, o qual absorve, incorpora e extingue todas as vantagens pecuniárias de caráter permanente, percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, ressalvadas as vantagens previstas nesta lei.

Art. 156 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	BÁSICO Cr\$
Procurador da Defensoria	- 187.529,00
Defensor Público 1ª Classe	- 177.654,05
Defensor Público 2ª Classe	- 159.889,60
Defensor Público 3ª Classe	- 143.899,44
Defensor Público Substituto	- 129.510,77

Os valores da remuneração básica constante deste anexo referem-se ao mês de novembro de 1990.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 226/90

Curitiba, 07 de dezembro de 1990.
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o anteprojeto de lei que visa obter autorização:

I - para que o Poder Executivo, empenhe despesas com Pessoal e Encargos Sociais além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei 9407 de 19 de outubro de 1990, em virtude de que, no mês de janeiro ocorre a data base dos funcionários da Administração Direta e que pode incrementar de maneira substancial os valores da folha de pagamento no primeiro trimestre e,

II - para que o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, excepcionalmente empenhe 3/12 (três doze avos), do total de seu orçamento para o próximo exercício, no período compreendido de 1° de janeiro a 15 de março de 1991, tendo em vista que o BNDES concedeu ao DER, o parcelamento da principal dívida junto àquela instituição, em 6 parcelas, suspendendo os juros moratórios neste período, e que faz-se necessário saldar os compromissos com a execução de medições em obras, realizadas nos últimos meses de 1990, muitas das quais se encontram em fase de conclusão e cuja interrupção ou retardamento, traria prejuízos financeiros ao Estado, já que as faturas que estão em trâmite, teriam que ser reajustadas, pela correção monetária.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÍNTESE: Autoriza o Poder Executivo a empenhar além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual n° 9407 de 19 de outubro de 1990.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a empenhar as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, além do limite estabelecido no artigo 31 da Lei Estadual n° 9407 de 19 de outubro de 1990.

Art. 2° - Fica excepcionalmente autorizado o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a empenhar 3/12 (três doze avos) do total dos recursos alocados em seu orçamento para o exercício de 1991, no período compreendido entre 1° de janeiro e 15 de março de 1991.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 227/90

Curitiba, 07 de dezembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar as Tabelas de Taxas referidas no art. 25, da Lei n° 7811/83 e no art. 1° da Lei n° 8067/84, que versam sobre as Taxas do DETRAN.

O adiante transcrito Ofício n° 124/90, de 03 de dezembro de 1990, que me foi encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública, diz, com o devido detalhamento, sobre os aspectos da necessidade, oportunidade e do interesse público de que é revestida a medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis:

... "Preliminarmente, permito-me lembrar que o DETRAN, através da Lei n° 7.811/83, foi transformado em Autarquia, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regulamentada pelo Decreto n° 3.382, de julho de 1984.

Embora os dispositivos da Lei de criação da Autarquia consubstanciem um regime autônomo, permitindo ao DETRAN dimensionamento prévio do orçamento anual, previsto no artigo 6° da referida Lei, alguns itens, na prática, não estão adequados à realidade.

Contudo, a transformação do DETRAN em Autarquia, nos termos da Mensagem Governamental n° 174/83, a par de solucionar 2 graves problemas detectados "naquele setor", permitiu, em parte, o desejável suporte técnico e operacional necessário ao atendimento melhor e mais eficaz à comunidade.

A especialização e modernização dos serviços prestados trouxe, por si só, uma

desburocratização com adequação aos fins a que se destina. No mesmo sentido, ensejou a criação de renovado quadro de pessoal, formado a partir de uma nova filosofia de trabalho.

A atual situação do funcionalismo do DETRAN requer mudanças, está se combatendo a corrupção, mas para isso precisamos contratar pessoal especializado e remunerar adequadamente, a fim de não incorrer em novos erros.

De outra face, a reavaliação das taxas do DETRAN, configura o resultado de estudos levados a termo por equipe técnica da própria Autarquia, que debateu em profundidade e inseriu as alterações que entendem necessárias e cabíveis.

O elenco de alterações ora propostas, em que pese alterações de valores, tende à racionalização visando compatibilizar o valor das taxas com o custo real envolvido nos procedimentos administrativos necessários à prestação dos serviços, isto, face, estar o Tesouro Geral do Estado subsidiando a Autarquia com recursos do contribuinte, enquanto pequeno número de usuários faz utilização dos serviços subsidiados.

Concluindo, os serviços prestados, assim como todo o material utilizado está sendo subvencionado pelo Estado, pois a Receita da Autarquia não comporta tais investimentos. Além de que, em comparação com as taxas cobradas pelos DETRAN's de outros Estados, também autarquizados, os

nossos serviços encontram-se abaixo da média nacional"...

..." Portanto, a alteração na Tabela de taxas do Departamento de Trânsito, por este documento pretendida, está amparada em bases legais, teóricas e técnicas, e sua implantação não visa onerar a população paranaense mas, resgatar a realidade da prestação de serviços realizada pela Autarquia".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As Tabelas de Taxas a que se referem o artigo 25 da Lei nº 7.811/83, e artigo 1º da Lei nº 8.067/84, passam a vigorar com as alterações contidas nos anexos I, II e III desta Lei.

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº 7.811/83 e Lei nº 8.067/84, não conflitantes com a presente lei, permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo I -

Tabela de Taxas

	(980,17)
I - Taxas para área de Habilitação	§ VRR
1.01 - Emissão da CNH	120
1.02 - 2ª Via de CNH	120
1.03 - Licença para Estrangeiro	60
1.04 - Exame Prático de Direção	18
1.05 - Exame de Legislação	21
1.06 - Carteira de Aprendizagem	24
1.09 - Beneficiário do Art. 145 do RCNT	120
1.10 - Junta Médica Especial	180
1.11 - Registro de Escola de Formação de Condutores	300
1.12 - Renovação Anual de Escola de Form. de Cond/Autor.)	180
1.13 - Curso de Formação para Diretores e Instrutores de Auto-Escolas	120
1.12 - Exames Psicológicos para fins pedagógicos (Diretores e Instrutores)	125
1.13 - Reabilitação	120

Anexo II -

II - Taxas para Área de Veículos		(980,87)
	§ VRR	
2.01 - Emissão de CRV		60
2.02 - 2ª Via do CRV (Dilaceração, Extravio ou Furto)		50
2.03.1 - Mudança de Categoria ou Características (Troca de Cor)		60
2.03.2 - Mudança de Categoria ou Características (Protótipos)		60
2.03.3 - Mudança de Categoria ou Características (Mudança de Placa)		60
2.03.4 - Mudança de Categoria ou Características (Remarcação de Chassi)		60
2.03.5 - Mudança de Categoria ou Características (Adaptações)		60
2.04 - Implantação ou Baixa de Alienação		60
2.05 - Baixa de Veículo (Perda Total)		60
2.06 - Cópia de Prontuário de Veículo		60
2.07 - Credenciamento de Despachante		300
2.08 - Renovação Anual de Credenciamento de Despa.		180
2.09 - Curso de Aperfeiç. em Identificação de Chassi		180
2.10 - Transferência de Propriedade (Aquisição de - vide verso anexo I Veículo, mudança de município, compra com troca de placa Registro outro Estado)		

Anexo III -**III - Taxas de Serviços**

	§ VRR	
3.01 - Vistoria		12
3.02 - Lacre		12
3.03 - Licença de Para Brisa (por dia)		12
3.04 - Fotocópia Autenticada		6
3.05 - Levantamento de Acidentes		30
3.06 - Registro de CNH		120
3.07 - Exame Médico		20
3.08 - Exame Psicotécnico		50
3.09 - Certidão Negativa de CNH (INPS, Emprego, Cópia de PGU)		60
3.10 - Expedição ou Baixa de Ficha de Matrícula		60

3.11 - Certidão Negativa de Multa	60
3.12 - Certidão de Propriedade de Veículo (Certidão de Registro de Veículo, Furtos)	60
3.13 - Serviços de Emplacam. em Revendas, Empresas e Outros)	120
3.14 - Estada (por dia) (vide verso anexo II)	
3.15 - Serviço de Guinchamento (vide verso anexo III)	
3.16 - Licenciamento	25
3.17 - Taxa de Expediente	12

Anexo III -

Anexo I - Taxas referentes aos processos de transferência de propriedade (Aquisição de veículos, mudança de município, compra com troca de placa e registro de outro Estado)

Ano de Fabricação

Nacional	90/89/88	87/86	85/84	83/83	Ant. 82	
2.10.01 - Ciclomotor, motocicleta e triciclo	% VRR	50	48	46	44	42
2.10.02 - Automóvel, buggy e camioneta	% VRR	60	58	56	54	52
2.10.03 - Furgão, jipe e pick-up	% VRR	60	58	56	54	52
2.10.04 - Microônibus e Ônibus	% VRR	70	68	66	64	62
2.10.05 - Caminhão e Cavallo Mecânico	% VRR	80	78	76	74	72
Estrangeira						
2.10.06 - Ciclomotor, Motocicleta, Motone- ta e Triciclo.	% VRR	70	68	66	64	62
2.10.07 - Automóvel, Buggy e Camioneta	% VRR	80	78	76	74	72
2.10.08 - Furgão, Jipe e Pick-up	% VRR	80	78	76	74	72
2.10.09 - Microônibus e Ônibus	% VRR	90	88	86	84	82
2.10.10 - Caminhão e Cavallo Mecânico	VRR	100	98	96	94	92

Anexo III -

Nacional/Estrangeira

2.10.11 - Máquinas Agrícolas, de Terra Planagem, Equipamentos Especiais	90/89/88	87/86	85/84	83/83	Ant./82
	% VRR	60	58	56	54
					52

Anexo II - Taxas referente à Estada, de Veículos Infratores, no Pátio do DETRAN (por dia).

VRR %

3.14.1 - Ciclomotor, Motocicleta, Motoneta, Triciclo	12
3.14.2 - Automóvel, Buggy e Camioneta	18
3.14.3 - Furgão, Jipe e Pick-up	18
3.14.4 - Microônibus e Ônibus	30
3.14.5 - Caminhão e Cavallo Mecânico	30

Anexo III - Taxas referentes ao Serviço de Guinchamento, de Veículos infratores, para o Pátio do DETRAN.

3.15.1 - Ciclomotor, Motocicleta, Motoneta e Triciclo.	60
3.15.2 - Automóvel, Buggy e Camioneta	72
3.15.3 - Furgão, Jipe e Pick-up	72
3.15.4 - Microônibus e Ônibus	109
3.15.5 - Caminhão e Cavallo Mecânico	109



MENSAGEM N° 228/90

Curitiba, 07 de dezembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do parágrafo único, do art. 10 da Constituição Estadual, alienar o imóvel havido pela Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, conforme AV-6, Matrícula n° 15137, no Cartório da 3.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, situado à Avenida 7 de Setembro, n° 891, nesta Capital, contendo casa de alvenaria e demais benfeitorias.

O plano de lei ora encaminhado a exame desse Poder Legislativo consulta aos superiores interesses da Administração eis que os recursos auferidos pela alienação em questão serão utilizados na conclusão das obras do Centro de Convenções de Curitiba.

Por outro lado, vale frisar que o anexo anteprojeto de lei contém dispositivo expresso no sentido de que tal alienação seja precedida de avaliação e do preenchimento das demais formalidades legais exigíveis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a, nos termos do parágrafo único, do art. 10 da Constituição Estadual, alienar, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais pertinentes, o imóvel havido pela Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, conforme AV-6, Matrícula n° 15.137, no Cartório da 3.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, situado à Avenida 7 de Setembro, n° 891, nesta Capital, contendo casa de alvenaria e demais benfeitorias.

Art. 2° - O produto da alienação do imóvel de que trata esta lei deverá ser utilizado na conclusão das obras do Centro de Convenções de Curitiba.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, RE-

GIME DE URGÊNCIA e a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 617/90, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná "post mortem" ao Sr. Joaquim Penido Monteiro.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 2824

Senhor Presidente.

O Deputado Renato Adur que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência que, após consultado o douto Plenário, seja a Proposição n° 176/90, apreciada em regime de urgência, com a sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária do dia 13 deste mês de dezembro, terça-feira próxima, com a constituição desta Assembléia Legislativa em Comissão Geral, para a emissão do competente Parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A epigrafada autoriza o ITCF a alienar para Alcides Gomes e outros, uma área rural de 350,9927 ha., sito na colônia de Boa Ventura, município de Pitanga, há muitos anos sob os seus cuidados e seus investimentos. Nada mais coerente e justo, pois, que se proceda com a presteza possível, a efetiva titularidade do imóvel a quem sempre se dedicou à sua faina produtiva.

REQUERIMENTO N° 2804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 501/90.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 168/90, que aprova o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 188/90, que torna sem efeito

a Resolução n° 28/90.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, parecer pela Comissão Geral do Plenário do Projeto de Lei n° 589/90, cujo teor é: os juízes do Tribunal de Justiça perceberão 95% do que percebem os juízes do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 2829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiar a discussão e votação do Projeto de Lei n° 266/90, dada a complexidade das emendas, carece de um estudo mais aprofundado.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia sem prazo determinado do Projeto de Resolução n° 39/90.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) PAULO FURIATI

REQUERIMENTO N° 2809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 624/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a alienação do imóvel havido pela

Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 623/90, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar as tabelas de Taxas referidas no art. 25, da Lei n° 7811 (TAXAS DO DETRAN).

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 625/90, de autoria do Poder Executivo, que institui a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 622/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a empenhar as despesas com pessoal e encargos sociais além do limite estabelecido no art. 31 da Lei Estadual n° 9.407/90.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n°

260/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 92/90, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 281, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, acrescido pela Lei Complementar n° 48, de 21.12.89 (Delegado de Polícia).

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 620/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 223/90, - autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Congonhinhas o imóvel situado no lugar denominado Patrimônio Nossa Senhora do Carmo, naquele Município.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) PAULO FURLATI

REQUERIMENTO N° 2827

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral e conferir regime de urgência, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, ao Projeto de Lei n° 621/90 que versa sobre a criação da região administrativa de Foz do Iguaçu, e que o mesmo seja incluído na sessão do dia 11 de dezembro de 1990, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 2815

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Salgado Filho.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Antigo distrito de Barracão, o atual município de Salgado Filho emancipou-se a 29 de novembro de 1963, pela Lei Estadual n. 4.788, sendo instalado a 14 de dezembro de 1964. Guardando as características que marcaram a colonização sudoestina, Salgado Filho fundamenta sua economia na produção das pequenas propriedades rurais. Pela distância da sede, pelas características

topográficas e por suas peculiaridades sociais, a população desde cedo reivindicou a Emancipação, argumentada pelos excelentes níveis de produção agropecuária, permitindo particular equilíbrio econômico da Administração do Município. Associamos o Poder Legislativo Paranaense às homenagens ora propostas, para as quais rogamos o apoio unânime dos prezados Pares.

REQUERIMENTO N° 2816

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Itapejara do Oeste.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O município de Itapejara do Oeste foi desmembrado do de Pato Branco pela lei n. 4.859, de 28 de abril de 1964, sendo instalado em 14 de dezembro de 1965. Destacou-se o antigo distrito e seguiu se destacando o Município, pela expressiva participação na produção agropecuária, ganhando relevo a produção de trigo e milho, secundadas pela de feijão, arroz e mandioca e pela criação de suínos e gado de corte. Relevante, do mesmo modo, a participação de Itapejara do Oeste na vida política do Sudoeste paranaense e do Paraná, merecendo a homenagem ora proposta para a qual esperamos contar com o apoio da Assembléia Legislativa, através dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 2817

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Eneas Marques - PR.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado do de Francisco Beltrão, pela Lei n. 4.823, de 18 de fevereiro de 1964, o município de Eneas Marques foi instalado a 14 de dezembro do mesmo ano. A emancipação atendeu à reivindicação dos moradores do antigo distrito de Jaracatiá que produziam na agricultura e na pecuária e conheciam a sua força e potencial. Não foram poucos os sacrifícios enfrentados pelos moradores do município para manter Eneas Marques entre os que participam da economia sudoestina com números expressivos. Justa e merecida a homenagem ao Povo e Autoridades do Município que ora estamos

propondo e para a qual esperamos contar com o apoio dos Ilustres Pares da Assembléia com seu voto unânime.

REQUERIMENTO N° 2818

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Coronel Vivida-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Coronel Vivida, ficando em terras antes habitada pelos filhos da Nação Caiingangue, teve sua colonização iniciada com a chegada do grupo liderado pelo Coronel Vivida, incumbido da defesa da região e que se instalou na antiga Vila Barro Preto. A vila, pertencente ao município de Mangueirinha, emancipou-se em 1954, pela Lei n. 253, de 2 de dezembro, recebendo o nome de Coronel Vivida em homenagem ao desbravador. A instalação se deu a 14 de dezembro de 1955. Destaca-se o município pela produção agrícola - milho, feijão, soja e arroz - e pecuária - suínos, gado de corte e aves. A força do Município reside no valor e na altivez do seu povo que faz jus à homenagem ora proposta e para a qual rogamos, respeitosamente, o voto unânime dos ilustres Pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 2819

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Chopinzinho - PR.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A origem de Chopinzinho remonta ao ano de 1839, com a instalação da Colônia Coronel Santiago Dantas. O município foi criado em 1954, pela Lei n. 253, de 02 de dezembro e instalado a 14 de dezembro de 1955. Destaca-se a sua produção de milho, tendo expressão a de feijão, arroz, soja, mandioca, gado leiteiro, gado de corte e aves de corte.

O povo de Chopinzinho que conquistou sua emancipação política e administrativa com muita luta e muito sacrifício, tem-se mantido na luta para consolidar a conquista, participando ativamente dos movimentos políticos e sociais sudoestinos e do Estado do Paraná. Faz jus, pois, à homena-

gem ora requerida e para a qual associamos o Poder Legislativo do Paraná rogando, respeitosamente, o voto unânime dos preza-dos Pares desta colenda Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2820

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Barracão.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A história de Barracão está pontilhada de capítulos interessantes que se confundem com fases econômicas importantes do Estado do Paraná - notadamente a ligada à erva-mate.

Muito antes, no entanto, a localidade fronteiriça era passagem de tropas e ali se ergueu um barracão para hospedar tropeiros que precisavam passar muitos dias, daí se originando o nome do local e do futuro município que se emancipou em 1951, dia 14 de novembro, pela Lei Estadual n. 790. Sua instalação se deu a 14 de dezembro de 1952, juntamente com outros municípios do Sudoeste paranaense. Destaca-se Barracão pela sua produção de milho e suínos, sendo importantes as lavouras de feijão, arroz, soja, mandioca e de expressão a criação de gado de corte. O município de Barracão conquistou verdadeira e merecida importância com a chegada do asfalto que o ligou, definitivamente, às demais regiões do Estado, facilitou a ligação intermunicipal com a Argentina. Pela sua grandeza merece a homenagem ora proposta para a qual rogamos o apoio e a unanimidade dos Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2821

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Distrito, ainda, de Clevelândia, Pato Branco foi transformado em entroncamento para a Fronteira. Com o desbravamento do Sudoeste e a dinamização da indústria e do comércio da madeira, o Governo ali instalou suas repartições, o comércio abriu suas portas e a indústria do corte do pinheiro prosperou, surgindo a cidade que

logo mais seria cognominada a capital do Sudoeste, justo orgulho dos pioneiros que implantaram uma verdadeira economia baseada no trabalho de uma sociedade que tem apostado na cultura do seu Povo. Associamos o Poder Legislativo na justíssima homenagem, requerendo aos nobres Pares o seu apoio e voto unânime.

REQUERIMENTO N° 2822

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 14.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A importância da Vila de Marrecas, às margens do rio do mesmo nome, nasceu muito antes da colonização sudoestina, por ser passagem obrigatória das "tropas" e das "varas" que se encaminhavam para São Paulo. Com a Marcha Para Oeste - do Presidente Getúlio Vargas e a instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório, aumentou a população residente, desenvolveu-se incipiente agricultura de subsistência, a criação de suínos, instalaram-se indústrias ligadas ao corte do "mato branco", foi elevada a distrito e alcançou sua Emancipação Político-Administrativa em 14 de novembro de 1951, instalando-se o Município a 14 de dezembro do ano seguinte. A história do município de Francisco Beltrão está pontilhada, marcada - até esculpida - de atos heróicos e de movimentos armados - co levante dos posseiros no último terço da década dos anos 40. Dessa luta forjou-se o espírito de liderança política regional que tem caracterizado Francisco Beltrão e tem produzido Políticos de expressão estadual e nacional. Rogamos o apoio dos nobres Pares deste Parlamento e seu voto unânime à proposição que homenageia o altivo Povo beltronense.

REQUERIMENTO N° 2823

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 28.12.90, de mais um aniversário de Emancipação Político-Administrativa do município de Nova Prata do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Foi um trabalho de muitos anos das lideranças sociais e políticas do antigo distrito de Nova Prata, o que culminou com

a emancipação política e administrativa e fez surgir o município.

De grande expressão na produção agrícola, pela excelente fertilidade de suas terras, a ela se somou a produção pecuária com destaque para a suinocultura. A emancipação premiou o intenso e entusiasmado trabalho do povo que habitava a região e agora merecedor da homenagem ora proposta para a qual esperamos o apoio do Poder Legislativo através dos ilustres Membros.

REQUERIMENTO N° 2808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação de apoio e solidariedade ao Padre ROGÉRIO DE RIDER, Pároco da Igreja de Honório Serpa, município de Mangueirinha, neste Estado, em sua luta pela defesa das organizações populares, o que tem lhe rendido perseguições infundadas, inclusive do Juiz de Direito da Comarca de Mangueirinha Ronaldo Echstein de Andrade, que quer transformar o Pároco em ator e mentor de todos os conflitos agrários existentes naquele município e região e, requer ainda seja dada ciência do presente ao Prefeito Municipal, aos Vereadores e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do município de Mangueirinha, e ainda ao Bispo de Palmas, Dom Agostinho José Sartori.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 2807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, mui digno Diretor Presidente da COPEL, solicitando sejam adotadas medidas, objetivando a implantação imediata do Programa "CLIC-RURAL" no distrito de Pinheiro Seco, município de Castro.

O presente pleito deve-se aos constantes reclamos da população moradora da referida localidade, agricultores e a comunidade em geral, aos quais pretendemos levar os benefícios da eletrificação rural, a exemplo, do que ocorre em outros municípios, cujas distâncias, com a implantação desse indispensável serviço, tornaram-se insignificantes, não apenas por propiciar maiores facilidades na área da comunicação, como também o conforto à população, o desenvolvimento de uma tecnologia mais avançada na agricultura e, por extensão, maior desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2828

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Doutor Sebastião Rodrigues Pimentel, MD, Secretário de Estado da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando especial empenho para viabilizar a desvinculação do município de Curiúva, para efeito de prestação e assistência médico-hospitalar aos segurados do INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, da Regional de Jacarezinho, vinculando-se à Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Segundo se infere de preceito constitucional estadual, ora vigente, a saúde é direito de todos e dever do Estado em praticá-la, objetivando a prevenção, redução e eliminação de doenças e outros males.

Diante dessa premissa, há que se considerar que o município de Curiúva - postulante - vem prestando assistência e atendimento médico hospitalar aos segurados naquele órgão, via Regional de Jacarezinho, distante do Município, 200 quilômetros aproximadamente, enquanto que a de Telêmaco Borba, se encontra, tão somente, a 38 quilômetros vindo a favorecer, conseqüentemente aos beneficiários dessas benesses, levando-se em conta, ainda, a minimização de despesas e maior agilização no atendimento.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 626/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a Região Administrativa de Dois Vizinhos, com sede no Município do mesmo nome e como resultado do desmembramento das Regiões Administrativas de Francisco Beltrão, Guarapuava e Pato Branco, integradas pelos seguintes municípios:

São João;

São Jorge do Oeste;

Quedas do Iguaçu;

Nova Prata do Iguaçu;

Verê;

Itapejara do Oeste;

Chopinzinho;

Três Barras do Paraná;

Enéas Marques;

Boa Vista da Aparecida;

Salto do Lontra

Dois Vizinhos (sedê).

Art. 2° - A implantação da região ad-

ministrativa de Dois Vizinhos, dar-se-á, seis meses após a publicação da presente Lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A criação da região administrativa de Dois Vizinhos, irá facilitar a ação administrativa do Governo Estadual junto à população dos municípios desmembrados de outras regiões administrativas, tendo em vista, que tornará mais acessível esse acesso, as distâncias serão mais curtas, reduzindo o deslocamento dos usuários dos serviços públicos estaduais, e ainda municípios que se agruparão para discutir questões afins, tanto pelos problemas que são da mesma ordem, como o raio de distância que tornará mais rápido.

A razão de ser Dois Vizinhos a sede, decorre de diversos aspectos, quais sejam:

1) é o terceiro Município do Sudoeste, com aproximadamente 60.000 habitantes e 27.000 eleitores;

2) maior produtor de patos da América Latina, além de ser uma grande força na avicultura e suinocultura;

3) é a segunda arrecadação de ICMS do Sudoeste;

4) Com um excelente Parque Industrial, ressaltando-se o desempenho do Moinho da Lapa SA., Empresa do Grupo Sadia, obtendo o maior movimento do Grupo desde 1986;

5) fácil acesso entre os Municípios integrantes dessa nova região administrativa, pois Dois Vizinhos localiza-se no epicentro da nova região a ser criada;

6) Rede Municipal de ensino que conta com 1° e 2° graus;

7) Município com vasto comércio varejista, onde toda a região vizinha se abastece.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade premente em criar esta região administrativa, diante das dificuldades de utilização dos serviços públicos, por todos os usuários que residem nesta.

Em algumas cidades que dependem dos serviços da Região Administrativa de Guarapuava o acesso é precário, pois ocorre até a falta de estradas para a ligação entre a sede e o Município.

Centralizar o atendimento em Dois Vizinhos, irá sanar os obstáculos existentes, facilitando de forma concreta o uso dos serviços públicos, descentralizando e interiorizando a ação administrativa estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expe-

diente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luciano Pizzatto.

Vai expor o seu relatório, com relação ao Projeto n° 501/90, à proposta Orçamentária para 1991.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como nós devemos hoje apresentar o parecer ao Projeto de Lei n° 501/90, nós solicitamos na última reunião desta Assembleia, a gentileza dos Senhores Deputados de nos darem uns vinte ou trinta minutos da atenção, para que o nosso substitutivo geral fosse devidamente apresentado a este Plenário, bem como, tivéssemos condições de apresentar ao Plenário, as justificativas do porquê das mudanças a serem apresentadas.

Nesse sentido, tomamos a liberdade, com a autorização da Mesa, de preparar algumas transparências para podermos expor os números para que ficassem mais claros em forma de gráficos para os Senhores Deputados, e é o que nós faremos a partir de agora.

Eu peço desculpas pelo encômodo de termos que desligar parcialmente as luzes do recinto e lembrando nosso tempo de escola, os Deputados podem aproveitar para a gente poder observar os números que serão apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai considerar informal a apresentação de Vossa Excelência porque nós também desejamos ver o quadro que Vossa Excelência apresenta.

Enquanto Vossa Excelência faz a exposição, os Deputados poderão fazer perguntas e nós suspendemos a sessão e damos a palavra a Vossa Excelência para encaminhar.

O SR. LUCIANO PIZZATTO - (Apresentação e exposição de Painel).
Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.
No Horário das Lideranças, todas declinaram.

Passam-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 168/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 188/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 501/90. Aprovado.

O Veto tem preferência Constitucional para a votação:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 71/90, VETO PARCIAL apostado ao Projeto de Lei n° 74/90, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, integradas pelos atuais ocupantes dos cargos de pessoal das Secretarias dos mesmos tribunais, conforme especifica.

Curitiba, 08 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 23/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 74/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "são mantidas as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada integradas pelos atuais ocupantes dos cargos de Assessor Jurídico nos respectivos níveis dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos mesmos tribunais, observando-se o atual número de cargos, conforme o disposto no artigo 56 e seus parágrafos do Ato das Disposições Transitorias da Constituição Estadual". Visa, ainda, definir a estrutura de tais carreiras em três classes, com os vencimentos que especifica, tendo efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1989, assim como adota outras providências.

Como razões do veto apostado ao plano de lei em exame adoto e ratifico o pensamento da Associação dos Magistrados do Paraná, consubstanciado em documento anexado a expediente a mim dirigido (Ofício n° 189/90, de 14.03.90), de que aquela entidade:

..."está contra o estabelecimento da vinculação de servidores que não são "membros" de um Poder aos membros do Poder Ju-

diário, que representam a soberania nacional, já que essa vinculação está vedada pela Constituição Federal, em seu art. 37, XIII.

Note-se que é evidente não se estar perante hipótese de aplicação de isonomia, eis que os cargos de Juiz e de assessor longe estão até mesmo de serem considerados assemelhados, mais não fora, porque assessor, assessora o Juiz que julga.

Lembra-se, ademais, que a vinculação dos assessores jurídicos do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, cerca de duzentos, estabelecerá, numa segunda etapa, a vinculação aos juizes dos assessores jurídicos dos Poderes Legislativo e Executivo, pois, por força do art. 39, I, da Carta Magna deve haver isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhados dos diferentes poderes.

Assim, entre assessores, pode-se falar em isonomia".

ainda que:

"cumprindo deliberação unânime da diretoria tomada em conjunto com as coordenadorias regionais da Associação dos Magistrados do Paraná, o estamos inteirando das verdadeiras implicações que o projeto desencadeará, se aprovado, pois, a pretexto de se estabelecer uma política salarial para assessores jurídicos, o que é totalmente correto, afronta-se a Constituição, estabelecendo uma vinculação explicitamente vedada. A rigor, puxa-se um fio cuja ponta parece estar perto, mas que, na realidade, extrairá graves repercussões em toda estrutura do Poder Público Estadual, pois alcançará, numa primeira etapa, cerca de 200 assessores, espalhando-se, ao depois, a milhares de outros: é um iceberg que tem mesmo o ápice encoberto".

Devo frisar que o veto à proposição em causa decorre ainda de manifestações da Associação dos Magistrados Brasileiros, a qual, dirigindo-se a este Poder Executivo, demonstra sua profunda apreensão, por entender que o projeto de lei em epígrafe é conflitante com princípios constitucionais.

Por outro lado, por oportuno, devo lembrar que, em 10 de janeiro do corrente ano, votei o Projeto de Lei Complementar nº 379/89, cujos objetivos eram idênticos aos contidos no Projeto de Lei nº 74/90, agora vetado.

Ademais, merece ressaltar que a matéria está sub judice face Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 175-2, por mim proposta junto ao Supremo Tribunal Federal, conforme faculta o art. 103, inciso V da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 74/90, vetado, encontra-se publicado no D.A. nº 07, de 07.03.90, em 1.ª Discussão).

Em discussão o projeto.

Esta Presidência esclarece ao Plenário que, para a votação da Proposição nº 71/90, veto apostado ao Projeto de Lei nº 74/90, adotará o disposto pelo § 4º do art. 71 da Constituição do Estado, ou seja, votação por escrutínio secreto.

O Sr. 1º Secretário fará, por duas vezes, a chamada dos Srs. Deputados. Ao ser chamado, o Deputado deverá dirigir-se à mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Sr. 1º Secretário. Após deverá dirigir-se à cabine indevassável, onde em seu interior encontrará cédula de votação, contendo as expressões "SIM" ou "NÃO".

Os Srs. Deputados favoráveis à manutenção do veto, manifestar-se-ão utilizando para a votação a cédula SIM. Os contrários ao veto, utilizarão para a votação a cédula contendo a expressão NÃO.

Após feita a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja esclarecer que para a rejeição do veto, com a conseqüente aprovação dos dispositivos vetados, será necessário que 28 Deputados votem NÃO, conforme previsão da parte final do § 4º do Art. 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal para se iniciar o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 39 Srs. Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelos Deputados Nereu Massignan, Nilton Barbosa, Basílio Zanusso e Rubens Bueno, para constituírem a Comissão Escrutinadora que fará juntamente com o Sr. 1º Secretário. Qualquer impugnação deverá atender ao estabelecido nos arts. 169 e 171 do Código Eleitoral, conforme decisão adotada anteriormente por esta Presidência, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

Votaram 39 Srs. Deputados.

Pela manutenção do veto, 24 Srs. Deputados.

Pela rejeição do veto, 15 Srs. Deputados.

dos. - Mantido o veto.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 168/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Em discussão o Projeto de Lei n° 168/90.

Encerrada a discussão, há uma quantidade enorme de emendas. O projeto vai ser retirado da Ordem do Dia e encaminhado ao Relator e possivelmente na sessão de quarta-feira constará na Ordem do Dia.

Está encerrado o prazo de apresentação de emendas também.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 501/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 171/90), que submete à apreciação desta egrégia Assembleia Legislativa a estimativa da receita e fixa a despesa dos Orçamentos do Estado para o exercício de 1991, em conformidade com a Constituição Estadual, a Lei n° 4320, de 17 de março de 1964, e demais normas legais cabíveis.

Após a aprovação, o projeto será retirado por 48 horas, de acordo com o Regimento Interno. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O projeto será retirado por 48 horas.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 188/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI e outros, que torna sem efeito a Resolução n° 28/90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 188/90

PARECER:

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Acir Mezzadri e outros, tem por finalidade tornar sem efeito a Resolução n° 28/90.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada impede a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é o item da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Primeiro tem que votar o item que está na Mesa, o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. APROVADO.

Em votação o Projeto de Resolução n° 188/90.

Em discussão. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho voto contrário ao presente projeto, porque até agora não fui convencido dos argumentos pelos quais se aprova o tal projeto. Tornar sem efeito esta resolução é preciso argumentação política. E no dia 10 de maio passado eu ouvia através da imprensa e com discursos neste Plenário, farta documentação que nos convinha de que havia necessidade de o Poder Legislativo do Estado do Paraná tomar medidas moralizadoras.

Entre elas, estava esta medida que estava extinguindo a verba de representação dos Srs. Deputados. Junto com ela, estavam outras medidas, a proibição de recursos para o Fundo de Previdência Privado, estava outra medida que era o do desconto dos jetons - os Deputados que estivessem ausentes seriam descontados. Enfim, foram diversas medidas que até elogiamos naquele momento, porque o Poder Legislativo tem que estar efetivamente alinhado às aspirações e à vontade majoritária da sociedade paranaense, porque nós representamos a sociedade. Nós não nos representamos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estranho como que, após seis meses, este Parlamento muda de posição com estes argumentos injustificáveis. Não tem justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É por isto que meu voto é contrário à medida, que torna sem efeito. Porque este Parlamento tem que tornar a sua prática cada vez mais transparente, cada vez mais sincronizada com a vontade e as aspirações da sociedade do Paraná.

Sou contra a iniciativa do Deputado Acir Mezzadri, sou contra a iniciativa subscrita por vários Deputados. Por isso, faço apelo aos demais Parlamentares, vamos manter a posição anterior que já é um começo de uma prática de um Parlamento novo, transparente e que esteja sincronizado com a aspiração majoritária da sociedade paranaense.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação...

O SR. AIGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, também quero deixar o meu voto contrário ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de resolução, queiram conservar-se como estão. - Aprovado, artigo por artigo, com os votos contrários dos Deputados Pedro Tonelli, Algaci Túlio e Neivo Beraldin.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 560/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 196/90), que estende aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, inclusive aos inativos a gratificação de responsabilidade técnica, prevista pela Lei n° 9049, de 06 de julho de 1989. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90).

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 585/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 208/90), que aprova crédito suplementar alterando o Orçamento Geral do Estado de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLENÁRIO. - Emenda. - Aprovada.
Projeto - Aprovado.
O projeto irá à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 40/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que regulamenta a utilização do transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Há requerimento solicitando a retirada da Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, parece-me que no Projeto n° 40/90, Vossa Excelência disse que há um requerimento retirando...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Há uma emenda já aprovada em 2.^a Discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não é retirada do projeto?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não. Houve um pequeno equívoco da Presidência.

Em votação a emenda do Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Procede à leitura da emenda).
Em votação. - Aprovada.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 542/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera os dispositivos que especifica, da Lei n° 8933/89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Pedro Tonelli, já devidamente recuperado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em votarei contra este projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, pelo seguinte motivo:

Desde que assumi este Parlamento, sempre mantive uma linha de conduta e um tratamento único com relação a este tipo de projeto, que é a questão da tributação às empresas e às pessoas que compõem o Estado do Paraná, e sempre fui contra e continuarei até os últimos dias contra, a dar um tratamento diferenciado a quem tem mais poder de pressão, a quem tem mais poder de lobby.

Quando foi criada a Lei do ICMS do Estado do Paraná, no ano passado, condenei a forma pela qual foi criada a própria lei do ICMS, onde setores que não são essenciais para o serviço público do Paraná foram tributados numa alíquota baixa, enquanto que setores essenciais, setores que precisam de ajuda do Governo, foram tributados na alíquota máxima.

O nobre Deputado Hermas Brandão neste projeto reduz a alíquota do ICMS para aquisição de máquinas. É óbvio que para os setores diretamente interessados é muito bom, principalmente neste momento de recessão econômica. É óbvio que vai ser ótimo porque indiretamente terá o resultado de lucro maior do produto final porque terá um custo tributário menor, onde vai reduzir de 17 para 12% a alíquota do ICMS.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que voto contrário em nome do interesse público do Paraná, porque o Estado tem que ajudar os menos favorecidos.

Parece-me que este setor beneficiado não é um dos setores menos favorecidos. Há bem pouco tempo, quando foi proposta aqui uma proposição de alteração da Lei do ICMS, apresentei uma emenda, isentando os consumidores de energia elétrica até

150kw/h, e que têm uma conta de luz, e que é o pequeno consumidor que não tem condições de pagar. Este Plenário reconheceu e aprovou.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Poder Executivo vetou e nós não tivemos número para derrubar o veto de Sua Excelência o Governador.

Então, é por isso, Sr. Presidente, que não justifica que reduzamos a alíquota do ICMS para o setor, porque este é um setor que pode aguentar o aperto, o arrocho econômico.

É por isto que voto contra e encaminho para que os Srs. Deputados também votem contra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Nós andamos com este projeto nesta Casa votado em Comissão Geral. Votamos em 1.^a Discussão, tivemos um retardamento em Plenário no pedido de discussão, na segunda discussão e hoje estamos em 3.^a discussão. Por conseguinte, aprovando este projeto no dia de hoje, ele passará para Redação Final e irá para o Executivo para ser sancionado.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

O projeto de lei encaminhado pelo Deputado Hermas Brandão, diz que: "acrescenta-se itens ao art. 23, § 2º, grupo B, da Lei n° 8933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação: (reduz-se portanto do grupo A para o grupo B) "Reduz-se ICMS de 17 até 23 que é do Grupo A, para 12%, máquinas e equipamentos industriais para o ativo fixo, para ampliação, modernização ou implantação de novas indústrias. B) máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo visando a modernização, a ampliação, implantação ou renovação tecnológica dos setores do comércio financeiro e de serviços". Esta é a lei que entrará em vigor.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, em um encaminhamento rápido que fizemos e em conversas que tivemos com o Deputado autor, chegamos a colocar o grande risco que se tem quando se faz uma lei abrangente. Muitas e muitas vezes nós pretendemos atingir um determinado objetivo. Mas, para atingir esse determinado objetivo e não dar nome ao objetivo que nós pretendemos atingir, nós generalizamos a lei como se ela fosse um benefício social ao desenvolvimento e um benefício direto ou indireto ao nosso consumidor e ao cidadão do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quando o projeto fala em máquinas e equipamentos industriais destinados ao ativo fixo para ampliação, modernização e implantação de novas indústrias, há o que se questionar.

Se nós estivéssemos fazendo redução de

impostos para implantação de novas indústrias do Estado do Paraná, talvez fosse uma questão que pudéssemos discutir com mais afinco nesta Casa; porque criando novas indústrias nós estaríamos criando novas riquezas e estaríamos criando mão-de-obra.

No entanto, para modernização ou ampliação de novas indústrias, estamos generalizando o processo como um todo, pondo em risco inclusive o trabalho de muitas pessoas.

Se eu tiver por exemplo, uma casa de venda de carnes, e qualquer um dos companheiros tiver uma casa de venda de carnes também, e o companheiro comprando uma balança eletrônica, vai estar aperfeiçoando a sua atividade comercial. Mas eu que tenho uma balança inferior, se for comprar a balança que meu companheiro está mudando, eu também vou alegar que estou também modernizando a minha atividade comercial.

Não existe amarração nenhuma neste projeto. Ele não põe um limite mínimo, ele não estipula em que tipo de ampliação ou de melhoria do serviço do comércio, da indústria, do setor financeiro e da prestação de serviço nós estamos reduzindo de 17 ou 25, para 12%.

Nós temos que ter um cuidado enorme, avizinha-se por aí uma crise extraordinária, tanto no setor da iniciativa privada quanto no setor público.

Nós estamos nesta Casa a cada instante recebendo pressões do próprio funcionalismo público, que deseja com justiça uma melhoria do seu salário. Nós temos nas comunidades que representamos, reivindicações do serviço público, na melhoria da saúde, na melhoria da educação, na melhoria do transporte e na melhoria da segurança. E cada vez que nós diminuirmos a capacidade arrecadadora do Estado, vamos diminuir a possibilidade de o Estado fazer frente a essas necessidades que são gerais, da comunidade, para beneficiar setores privilegiados da economia.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é que chamamos a atenção, não estamos aqui votando benefício nenhum para consumidor ou para usuário de sistemas. Estamos apenas reduzindo de muitas pessoas que têm mão-de-obra numa Indústria. Generalizamos, mas esse item ainda, seria discutível, porque ele se fixa na indústria. O item 2 que se pretende trazer de 17 ou 25 para 12% de geração de pagamento de ICMS, ele é muito mais abrangente ainda, Srs. Parlamentares, "máquinas e equipamentos destinados ao ativo fixo, visando a modernização, ampliação ou implantação ou renovação tecnológica dos setores de comércio, financeiro e de prestações de serviço", fecha o quadro.

Portanto, Comércio, Indústria, Setor

Financeiro e Setor de Prestação de Serviço, reduz o ICMS, de 17 ou 25 para 12%, na sua ampliação ou renovação. O que equivale dizer isso? Que com essa Lei automaticamente nós estamos reduzindo o ICMS no Paraná, para 12%. Porque ou na Indústria, ou no Comércio, ou Setor Financeiro, ou Prestação de Serviço, em alguns desses setores, qualquer empresa vai se enquadrar. E que benefício trás ao consumidor? Se nós pegarmos por exemplo, e eu tocaria no âmago da coisa, se nós pegarmos o setor financeiro, que é hoje o setor com maior lucratividade no País, e que não trás benefício nenhum ao tomador, que tomando o dinheiro vai aplicar para a produção e essa produção muitas vezes é comprometida pelo alto custo do dinheiro.

Então uma hipótese: se nós pegarmos uma Instituição Bancária, que queira trocar os seus computadores, que não vai reduzir preços nenhum para o usuário, não vai baixar juros, não vai deixar de cobrar serviços, essa empresa vai se beneficiar no pagamento de 12% do ICMS, porque ela está modernizando o seu setor financeiro. É uma brecha de alto risco que está se tentando abrir numa Lei. E eu perguntaria mais, chamaria a atenção dos nobres Parlamentares para a gravidade da matéria que está se votando, o que é moderno para um, pode não ser para outro, apenas reduzindo a capacidade de arrecadação do Estado, transferindo para setores de alta tecnologia, benefícios, porque o pequeno comércio, Deputado Rafael Greca, o pequeno comerciantezinho do bairro de Curitiba, que vende produtos de primeira necessidade para o consumidor do bairro, não vai ser beneficiado por esta lei. Mas, o grande atacadista, este vai! Mas, não vai reduzir no preço do produto que ele vai repassar ao consumidor!

No setor de prestação de serviço, um escritório de contabilidade que compra uma máquina, calculadora, moderna, vai estar diminuindo para 12% o pagamento, embora ele não diminua para o usuário deste sistema nenhum benefício do pagamento que faz. Então, o que eu acho, para nós que estamos neste Parlamento e que vamos enfrentar o ano que vem de alto risco de finanças públicas, nós não podemos sangrar a possibilidade arrecadadora do Estado, sob pena de comprometermos toda a possibilidade, inclusive de pagamento de pessoal e de desenvolvimento do Estado do Paraná.

Há uma responsabilidade na mão de 54 Parlamentares desta Casa, no que diz respeito à vida de milhões de trabalhadores paranaenses, que aguardam a possibilidade do Estado arrecadar.

Todos nós sabemos, há um desvio enorme de ICMS no Estado do Paraná. E agora, nós vamos... Só para concluir, Senhor Presiden-

te. E agora, nós vamos privilegiar, ainda, os setores de maior lucratividade, os verdadeiros "pool's" que se instalam e sacrificam o pequeno comerciante, a título de modernização, reduzindo a capacidade de investimentos do Estado! Eu acho que nós cometemos um crime econômico contra o Estado do Paraná.

E não gostaria de ser abusivo nas minhas colocações, como nunca fui. Mas, para mostrar a gravidade da lei que nós estamos votando neste instante, eu não sei se um motel se enquadra entre um comércio ou um prestador de serviço. Eu lhes confesso que não sei! Mas, em qualquer circunstância, trocar uma cama comum por uma cama redonda, com luzes, é uma modernização do serviço, e por isso, haverá uma redução de ICMS.

Não tenha dúvida que a luz estetoscópica, que eu acho que assim se chama, é uma modernização de serviço. E portanto, vai enquadrar dentro de uma prestação de serviço que procurou modernização.

É por esta razão que nós pediríamos que votássemos contra o Projeto, para que pudéssemos manter a capacidade arrecadadora do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão. APROVADO.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Peço chamada nominal, Sr. Presidente.
Ou melhor, dispense a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se. 15 (quinze) dos Srs. Deputados aprovam o Projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 19 (dezenove) dos Srs. Deputados rejeitam. Está REJEITADO o Projeto.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 594/90, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que altera a redação do artigo 1°, da Lei n° 9318 de 27.07.90. (ad-referendum do resultado do plebiscito). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 562/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 192/90), que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 7047, de 21.11.78, alterado pela Lei n° 9.224, de 09.04.90. (O efetivo da Polícia Militar do Estado do

Paraná é fixado em 20083 policiais-militares). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 563/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 195/90), que aplica, no que couber, os direitos, deveres e vedações atribuídos às carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição Federal, aos integrantes da Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná, criada pela Lei n° 9422, de 05.11.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 169/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 109/90 - ex-Proposição n° 82/90), que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com a União através da Secretaria da Ciência e Tecnologia do Instituto de Pesquisas Espaciais e com a UFPR, visando implantar e operar o "Laboratório Associado de Sensoriamento Remoto do Estado do Paraná - LASERP". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Qual o item da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 3.^a Discussão, item 09.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 170/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 89/90 - ex-Proposição n° 70/90), que ratifica o convênio celebrado em 22.03.90, entre o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR e a Fundação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços de Guardas-Mirins. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 171/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 98/90, ex-Proposição n° 69/90), que ratifica os convênios celebrados em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 172/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 102/90, ex-Proposição n° 68/90), que ratifica os convênios celebrados em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Su-

perintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 173/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 103/90, ex-Proposição n° 67/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os municípios, datas e objetivos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 174/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 101/90, ex-Proposição n° 65/90), que ratifica os convênios celebrados em 19.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos municípios. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação - ICMS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Foram apresentadas 16 emendas.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando adiar a discussão e votação do Projeto de Lei n° 266/90. Retirado pelo autor.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Eu consultaria Vossa Excelência sobre o seguinte: esse Projeto já foi retirado da Ordem do Dia muitas vezes e eu consultaria se nós podemos adotar o seguinte; acho que o assunto tudo bem, precisa ser discutido, mas Vossa Excelência encerraria a discussão e transferia a votação, ao invés de retirar da Ordem do Dia nós iremos apenas transferir a votação para outra sessão mantendo o Projeto na Ordem do Dia enquanto se discute sobre as emendas apresentadas ao invés de retirar da Ordem do Dia o

que pode dificultar o retorno dela ainda nesse período.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, dada a complexidade das emendas apresentadas nós precisamos de um tempo para poder discutir com todos os Parlamentares que porventura tenham apresentado emendas, e discutir melhor com os Deputados esse Projeto tão importante para o Estado do Paraná, requer uma discussão melhor, por isso eu solicitei a retirada desse Projeto por uma sessão.

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esse Projeto foi dado entrada em abril deste ano, já estamos chegando ao final desse período Legislativo, várias emendas foram apresentadas e não houve possibilidade de analisá-las, elas deram entrada diretamente à Mesa e nós não tivemos oportunidade de analisá-las, nós achamos que o Projeto original deva ser melhorado, mas não podemos votar essas emendas sem analisá-las porque pode haver uma distorsão total sendo, quem sabe, melhor, deixar como estão hoje os critérios para determinação do índice do ICMS para cada município. Eu sugiro aos Senhores Deputados que apresentaram emendas, o seguinte: que se retire as emendas no dia de hoje para que não haja problema de tempo na aprovação, nós já estamos com computador instalado na liderança do PMDB, esse Projeto interessa a todos os Deputados, não é um Projeto de um partido. Vamos nos reunir, fazer as correções e apresentar as emendas amanhã em terceira discussão e hoje aprovaríamos no texto original o Projeto, o que não iria prejudicar a tramitação, com as emendas retiradas e com emendas conseguidas do consenso, da discussão após essa reunião, nós poderemos amanhã modificar o Projeto no que concerne somente as cidades dormitório, as cidades como Sarandi, as cidades próximas a Curitiba. Mas, se nós retirarmos da Ordem do Dia esse Projeto nós vamos encerrar o ano e o Projeto não será votado ficando os municípios do Paraná prejudicados pois estão numa situação pior do que estavam antes da emenda 17, Projeto do Deputado Nilso Sguarezzi em 1986.

Acho que quando nós encaminhamos a emenda 17, reunidos no plenarinho todos os autores de emendas puderam chegar a um consenso. Acho que agora também é possível.

Não precisaremos mais do que a tarde de hoje para podermos analisar essas emendas e apresentar as alterações em 3ª votação.

Por isso, eu faço um apelo aos Senhores Deputados, que apresentaram emendas para a segunda votação, que aproveemos o

projeto no seu texto original e, em seguida, após a sessão, nos reunamos e apresentemos em conjunto as modificações que o bom senso de todos os Parlamentares, que querem aqui buscar critérios mais justos de distribuição do ICMS, definam.

Era esse, Senhor Presidente, o apelo que eu queria fazer a todos os Senhores Deputados que apresentaram emendas.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A intervenção do nobre Deputado e Vice-Governador eleito Mário Pereira tem de estratégico e de elevado interesse pelo bem comum o componente de reconhecer a necessidade de nós discutirmos as emendas. No entanto, é inaceitável para cidades como Curitiba, Londrina, Piraquara, São José dos Pinhais, Campo Largo, Campina Grande do Sul, Arapongas, Cambé e outras tantas, são quarenta e sete cidades, francamente, prejudicadas pela redistribuição do ICMS, deslocando-se percentuais do valor agregado pela industrialização. É inaceitável a aprovação do Projeto assim como ele está. Obriga-nos, Senhor Vice-Governador eleito, nos obriga o interesse estratégico do Paraná e o próprio mandato popular que nós exercemos, discutir, dentro dos níveis e critérios regimentais, as emendas ainda antes da segunda discussão.

Parece-me que é muito lúcida e bem posta a postura do Deputado Neivo Beraldin no sentido de que as emendas sejam discutidas ainda antes da segunda discussão.

Eu felicito o Senhor Vice-Governador pela propriedade de admitir, e até pela humildade de admitir, a discussão no seu projeto, examinando os dados dos percentuais com o auxílio dos computadores que servem, mas acho que reside maior bom senso e nos dá maior possibilidade de responsabilidade com relação à população numerosa que nós representamos, que discutamos as emendas ainda antes da segunda discussão. Porque eu lhes asseguro, Senhor Deputado Mário Pereira, Senhor Deputado Caíto Quintana, cinco milhões e meio de paranaenses perdem com o projeto do jeito que está em detrimento de três milhões e meio, quatro milhões de habitantes que ganham.

Por outro lado, há nesta matéria o elevado interesse público de se discutir que Paraná nós queremos: aquele da cidade pequena que vai esvaziando, enquanto a grande vai estourar, ou nós queremos o Paraná justo e equitativamente bem distribuído, onde tanto a cidade grande como a pequena, como a média, tem condição de crescer no sentido do bem comum, sem inchar.

Eu endosso e peço à Bancada da Oposição que me siga. Endosso o requerimento do

Deputado Neivo Beraldin. Acho muito prudente, acho prudente também até pelas razões da argumentação do Vice-Governador eleito de que as emendas precisam ser discutidas, mas precisam ser discutidas antes da segunda discussão como manda a lei.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu consultei Vossa Excelência, inclusive conversei com o autor do Projeto, Deputado Neivo, para que nós não venhamos retirar da Ordem do Dia, mas que venhamos transferir a votação para a próxima sessão, enquanto a gente se reúne e discute, porque esse é um assunto que não tem partido, é um assunto que tem interesse de todos os municípios do Paraná.

Então, em vez de retirar da Ordem do Dia, que nós transferíssemos a votação para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Deputado Neivo Beraldin persiste na apresentação do seu requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN - Parece-me razoável a ponderação do Líder Caíto Quintana no sentido de se transferir a discussão e votação para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro a discussão e votação para a sessão de quarta-feira, tendo em vista que as emendas são inúmeras e complicadas, sem retirar o Projeto da Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO PEREIRA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, aí não teremos dentro desse período legislativo oportunidade de aprovação do projeto. Isto é o mesmo que votar contra quarta e quinta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós temos quarta, quinta e sexta, acho que há tempo, independentemente de uma convocação extraordinária que eu acho possível.

E no sábado também nós votaremos.

A Mesa vai publicar em avulso todas as emendas e vai encaminhar aos Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Entendemos nós que assunto de igual interesse e também com diversas emendas é o projeto do Deputado José Rogério de n. 573/90, constante do item 18 da pauta.

Nós mesmos somos subscritor de seis emendas a esse projeto e entendemos que o mesmo tratamento ora dado ao Projeto n. 266/90 poderá ser dado a esse projeto, de forma que possamos analisá-lo com mais profundidade e chegarmos aqui também, na sessão de quarta-feira com uma idéia já definida acerca desse assunto.

Por esta razão já que estamos discutindo o Projeto n. 266/90, nós também requeremos a Vossa Excelência que igual tratamento seja dado ao projeto constante do item 18 que é o 573/90.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quando nós chegarmos nesta matéria Vossa Excelência poderá fazer o seu requerimento.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 323/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que dispõe sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para discutir) Senhor Presidente, Senhores Deputados. Alguns projetos de grande repercussão na vida da Administração Pública do Estado, não foram discutidos ou deixaram de ser apreciados por esta Casa em função da campanha eleitoral.

Foi a renovação da Assembléia, eleição do Governo do Estado é evidente que as matérias ficaram nas Comissões e como ainda no nosso caso as Comissões Técnicas não foram constituídas, os projetos da importância do 266, que acabou sendo retirado da Ordem do Dia, em entendimento de Plenário das Lideranças, ficaram sem ser votados e de idêntica importância o projeto de n. 323/90 do ilustre Deputado David Cheriegate, ele apresenta um Projeto de Lei Complementar que cujo projeto, em função da nossa Constituição prevê disposição para criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios do Estado.

O que orientava esta Casa, até votarmos a Constituição em vigor, era a Lei Complementar 1/69 e a Lei Orgânica dos Municípios que logo também em função da Constituição Maior, passou a ser de competência dos municípios.

Revogada a legislação competente, restou o dispositivo do Artigo 19 da nossa Constituição que dispõe que a criação de novos municípios, desmembramento, fusão, incorporação, estaria na dependência de lei complementar.

Isto é um dispositivo constitucional. E o Deputado David Cheriegate presta relevante serviço ao Paraná e a esta Casa, apressando-se, após, evidentemente, estudo da matéria, projeto de lei complementar regulando o assunto à matéria.

Ocorre, Senhor Presidente, nobres Deputados, que ficando a Assembléia, o Paraná, desprovido de lei regulamentadora, sem entendimento pessoal, pois que a Assembléia não votou ainda a lei complementar, em cumprimento ao Artigo 19 da nossa Constituição, reponsabiliza esta Casa de

forma muito séria, porque até há pouco, eu me informei na Casa, quantos projetos nós votamos de criação de municípios novos neste período e não tive a informação ainda, porque foi agora, evidente.

Mas, são dezenas de projetos que foram votados. Por que votados? Porque apresentado o projeto de criação de município, não havendo então nenhuma lei que dispunha sobre os requisitos mínimos e básicos para a criação de municípios não havia como votar-se contrário até, mesmo a Comissão Geral que sempre se manifestou.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, considero em função da relevância do assunto que a Mesa, Senhor Presidente, constitua uma Comissão Especial para apreciar e manifestar-se sobre o projeto de lei complementar do ilustre Deputado Cheriegate, que repetindo, é uma oportunidade para que uma Comissão constituída pelas lideranças que temos ou pela representação partidária que temos nesta Casa, possa, ainda em tempo hábil, apresentar a manifestação de forma de emendas, projetos substitutivos ou uma consideração qualquer trazendo contribuição para que esta Casa vote um projeto conveniente ao Estado.

Não vai aí nenhuma crítica ao Projeto do Ilustre Deputado Cheriegate, que ao contrário, preocupou-se em apresentar o projeto.

Resta a esta Casa estudá-lo e aprimorá-lo e a oportunidade, Senhor Presidente, quer parecer-me, data vênua, do seu entendimento e do Plenário, a devida constituição de uma Comissão Especial para estudar o projeto e manifestar-se sobre ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Basílio Zanusso requer a constituição de uma Comissão Especial para examinar o Projeto n° 323/89.

Os Senhores Deputados que aprovam a sugestão do Deputado Basílio Zanusso conservem-se como estão.

Aprovado.

A Mesa vai designar uma comissão constituída de 5 Senhores Deputados para exame urgente da matéria.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 539/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União dos Escoteiros do Brasil, Grupo Escoteiro "Baden Powell", o porão do imóvel pertencente à FASPAR situado na Unidade Social Oficial Diva Pereira Gomes. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 539/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o presente projeto de lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita à União dos Escoteiros do Brasil- GRUPO ESCOTEIRO "BADEN POWELL" o porão do imóvel pertencente à FASPAR, situado na Unidade Social Diva Pereira Gomes.

O Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim, possui na ala velha de suas dependências, um porão não utilizado e inservível para suas atividades.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade permitir o uso de parte dele para o Grupo Escoteiro "Baden Powell", que atualmente encontra-se sem um local apropriado para as suas reuniões.

Assim sendo, sendo referida cessão justa e não havendo óbice legal ou constitucional que possa impedir a tramitação do projeto em tela nesta Casa de Leis, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RENATO ADUR

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da Lei n° 9.391, de 1° de outubro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 573/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado José Rogério Carvalho, o projeto de lei que ora examinamos altera a redação da Lei n° 9391, de 01.10.90.

O projeto de lei em tela altera o art. 4° da Lei n° 9391 de 01.10.90, dando-lhe nova redação ao acrescentar ao "Grupo B" os itens massas alimentícias, pães, cuques, e refeições industriais; tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Tendo em vista o acima exposto e considerando-se a inexistência de óbices legais e/ou constitucionais que inabilitem a tramitação do projeto nesta Casa, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, anteriormente nós já havíamos solicitado pela ordem, tendo em vista que este projeto que trata da alteração da alíquota do ICMS tem algumas emendas de nossa autoria e de outros Parlamentares. E nós gostaríamos de poder, juntos com o autor do projeto, Deputado José Rogério Carvalho, e os demais Deputados líderes de bancada nesta Casa, discutir com mais profundidade a aprovação do texto original, modificando por essas emendas, razão pela qual nós já havíamos proposto a Vossa Excelência que transferisse a votação desse projeto, como igualmente o Projeto de Lei n° 266/90, para a sessão de quarta-feira, quando então em 2.^a discussão apreciaríamos as emendas, os projetos, e poderíamos então ter um texto melhor e adequado à vontade deste Parlamento como um todo.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em entendimento com o Deputado Orlando Pessuti, nós achamos também por bem que se transfira para amanhã a discussão e votação deste projeto em 2.^a discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu indago se foi acatado o pedido do autor do projeto de se transferir para amanhã a discussão porque eu tenho interesse de discutir essa matéria. Se ficar para amanhã, eu vou discutir amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parece que é para quarta-feira. O projeto fica amanhã em pauta e é discutido e votado na sessão de quarta-feira.

O SR. PEDRO TONELLI - Então, eu retiro o meu pedido de encaminhamento porque eu vou discutir no momento oportuno.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 578/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que concede uma pensão no valor de Cr\$ 16.659,10 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos) a Senhora Maria de Lurdes Mendes de Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 578/90

P A R E C E R:

De autoria do nobre deputado Artagão Mattos Leão, o Projeto de Lei que ora enfocamos concede uma pensão no valor de Cr\$ 16.659,10 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos) a Sra. Maria de Lourdes Mendes de Camargo.

A medida ora submetida a esta Casa de

Leis, tem por finalidade precípua proporcionar um pequeno benefício a viúva do ex-Prefeito, atualmente contando com idade avançada e em situação de ausência de renda para sustento próprio.

Assim sendo, dada a Justiça do pleito e a ausência de óbice legal ou constitucional ao mesmo, é o nosso Parecer favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

RENATO ADUR - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 597/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 210/90), que concede gratificação de Regência de Classe, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor mensal que resultar do respectivo número de horas/aula efetivamente ministradas ou acompanhadas, aos servidores integrantes do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 597/90

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 210/90, objetiva conceder a gratificação de regência de classe, na base de 20% (vinte por cento) do valor mensal que resultar do número de horas aula efetivamente ministradas ou acompanhadas, aos servidores integrantes do quadro de pessoal da Fundação Teatro Guaíra, ocupante dos cargos de Professor e Pianista que desenvolvem o acompanhamento musical das aulas dos cursos mantidos pela Fundação.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 598/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 211/90), que concede gratificação por apresentação de espetáculo, a ser paga aos servidores do Quadro Geral da Fundação Teatro Guaíra. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 598/90

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 211/90, objetiva instituir a gratificação por apresentação de espetáculo, a ser paga aos servidores do Quadro de Pessoal da Fundação Teatro Guaíra.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei em tela.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 39/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que transforma o setor de telefonia desta Assembléia Legislativa em Coordenadoria de telefonia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia sem prazo determinado do Projeto de Resolução n. 39/89. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia sem prazo determinado o Projeto de Resolução n. 39/89.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, qual o projeto que foi retirado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda não foi. O requerimento é do Deputado Paulo Furiatti. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 39/89

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, tem por finalidade a transformação do setor de Telefonia da Assembléia Legislativa do Paraná em Coordenadoria.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 175/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 105/90, ex-Proposição n. 66/90), que ratifica os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná, em 04.04.90, e com o Município de Guaratuba em 06.03.90, objetivando reparo de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 176/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 107/90, ex-Proposição n. 83/90), que ratifica o convênio celebrado em 03.04.90, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do DECOM, com o município de Loanda, objetivando a construção da 2.^a Companhia Policial Militar do 8º Batalhão no referido município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL: Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 177/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 108/90, ex-Proposição n. 84/90), que ratifica o convênio e o primeiro termo aditivo celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Município de Cascavel e a Associação Comercial e Industrial de Cascavel, objetivando a manutenção e reparo de veículos, instalações e equipamentos das Polícias Civil e Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 178/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 111, ex-Proposição n. 87/90), que ratifica o convênio de cooperação técnica e financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando a execução do programa de apoio empresarial para 1990, e ao 6º termo aditivo, de cooperação técnica, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a execução de trabalhos na área de recursos humanos. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 179/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 112, ex-Proposição n. 91/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC, objetivando a publicação dos Anais do I Encontro Sulamericano de Fonoaudiologia. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 180/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 113/90, ex-Proposição n. 92/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da SESP, com a UFPR e a Fundação UFPR, para o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, objetivando a realização do curso de especialização em Ciências Penais, a nível de pós-graduação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 182/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 106/90, ex-Proposição n. 85/90), que ratifica o 1º termo aditivo firmado ao convênio de cooperação técnica n. 01/89, celebrado entre o Estado do Paraná, através do DER e a Bosca Distribuidora de Asfalto S/A, objetivando a prestação de orientação técnica e operacional. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 183/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 124/90, ex-Proposição n. 120/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da SESP e o município de São José das Palmeiras, objetivando reparo de veículos da Polícia Civil. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 184/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 125/90, ex-Proposição n. 121/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização, pela FCMR, dos projetos de pesquisas constantes do anexo I da referida minuta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.

185/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 128/90, ex-Proposição n. 122/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Paraná a celebrar convênio com o IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 186/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n. 130/90, ex-Proposição n. 122/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais - FUPF, objetivando a prestação de apoio financeiro, visando a realização, pela FUPF, dos projetos de pesquisa constante no anexo I da referida minuta. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 187/90, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Matelândia, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de RAMILÂNDIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 187/90

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria do nobre Deputado Mário Pereira, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Matelândia, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de RAMILÂNDIA.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 54/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 31/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Federal, através do Tribunal

Regional do Trabalho, imóvel do Estado localizado no Município de Toledo. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04, de 01.03.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 194/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 72/90), que autoriza aquele Poder a doar ao Município de Castro, um imóvel medindo 12,10 hectares e benfeitorias nele existentes, no mesmo Município. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 76/90), que autoriza aquele Poder a doar ao Município de Campo Mourão, área de terras que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 292/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 97/90), que autoriza aquele Poder a doar, em caráter de utilização gratuita, à FUEM - Fundação Universidade Estadual de Maringá, imóveis localizados no Município de Cianorte, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 50, de 09.05.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 385/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 115/90), que autoriza aquele Poder a, mediante escritura pública, transferir à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, a título de aumento de capital. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 75, de 21.06.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 454/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 158/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Rio Negro, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele Município. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 101, de 28.08.90, Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 461/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que institui a região metropolitana de Pato Branco e dá outras providências. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 101, de 28.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 465/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 151/90), que altera a estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 103, de 03.09.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 466/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 152/90), que altera a redação do Art. 290, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, alterado pela Lei Complementar n° 19, de 29.12.83 (Quadro de Pessoal da Polícia Civil. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 103, de 03.09.90)).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 467/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 157/90), que regulariza a situação dos inativos no cargo de guarda civil da extinta Guarda Civil, assegurando-lhes proventos equivalentes à 4.^a Classe da carreira de agente de segurança do quadro de pessoal da Polícia Civil. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 103, de 03.09.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 579/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que cria o Município de IARANJAL, desmembrado do Município de Palmital. - Aprovado. (Publ. no DA. n° 140, de 20.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 581/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DATILOSCOPISTAS DO ESTADO DO PARANÁ - ADEP, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Publ. no DA. n° 141, de 21.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 590/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE PATO BRANCO. - Aprovado. (Publ. no DA. n° 143, de 20.11.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 604/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 219/90), que altera a partir de 1° de novembro de 1990, na forma do anexo desta lei, a tabela de vencimentos de que trata o anexo I da Lei n° 9341, de 18.07.90, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no DA. n° 148, de 05.12.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 605/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA (Of.n° 1154/90), que concede aos ocupantes dos cargos de nível universitário do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela Lei n° 9.049, de 06.07.89. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 605/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Gratificação de Responsabilidade Técnica prevista pela Lei n°

9.049, de 06 de julho de 1989, fica estendida aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro Geral da Procuradoria Geral de Justiça, inclusive aos inativos, conforme nomenclatura de cargos constantes do anexo à presente lei, no mesmo percentual, aplicado sobre os respectivos vencimentos e para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Os efeitos financeiros decorrentes desta lei são devidos a partir de 1º de janeiro de 1991.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 9186, de 08 de janeiro de 1990 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.90.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO DE QUE TRATA O ARTIGO 1º

I - CARGOS "QUADRO OCUPACIONAL TÉCNICO SUPERIOR" (efetivo) Lei nº 9.216/90

- Assistente Jurídico
- Bibliotecário
- Técnico de Administração

II - CARGOS TÉCNICO-SUPERIOR DO QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 9.216/90)

- Advogado
- Bibliotecário
- Contador
- Auditor
- Técnico em Recursos Humanos
- Técnico em Materiais
- Técnico em O & M
- Técnico em Sistema de Informação
- Técnico em Planejamento
- Técnico em Processamento de Dados
- Jornalista

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 222/90), que aprova créditos suplementares, alterando o orçamento geral do Estado, para os órgãos da administração direta e indireta, no valor de Cr\$ 103.624.924,00, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no DA. nº 148, de 05.12.90, Mensagem).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 221/90), que fixa em 150% (cento cinquenta por cento) sobre o vencimento básico a gratificação dos servidores em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, pelo exercício em determinadas zonas ou locais, previstos no art. 172, item X da Lei nº 6174, de 16.11.70, e referidos no artigo seguinte. - Aprovado. (Publ. no DA. nº 148, de 05.12.90, Mens.).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

619/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 224/90), que reestima a receita de recolhimento centralizado e aprova créditos suplementares, alterando os orçamentos da chefia do Poder Executivo e da Administração Geral do Estado - recursos sob supervisão da SEFA, e retifica código constante do anexo I da Lei nº 9451, de 29.11.90. (Publ. no DA. nº 149, de 06.12.90, Mens.).

- Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 619/90, para justificação de voto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse Projeto de Lei nº 619/90, oriundo de Mensagem Governamental que tem o objetivo de reestimar a receita do recolhimento centralizado e aprovar créditos suplementares, que hoje está em primeira discussão.

Eu queria simplesmente fazer uma observação aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No ano passado, quando nós aprovamos o Orçamento do Estado, o Sr. Governador estimou a receita do Estado em um pouco mais de sessenta bilhões de cruzeiros.

No entanto, hoje, 10 de dezembro, nós estamos chegando a uma dilação enorme do orçamento que nós aprovamos no ano passado. Estamos chegando a cento e quarenta e quatro bilhões e meio. Quer dizer, mais que o dobro.

Eu chamo a atenção desse dado, para que no próximo Orçamento não aconteça mais tal tipo de aberração.

Então, é preciso que estejamos atentos a um Projeto de Orçamento, bem como ao grande volume de emendas apresentadas para que isso não ocorra mais com o próximo Orçamento, que nós estamos apreciando, que é o Orçamento de 1991, porque, se não estivermos atentos, e estamos vendo o Orçamento de 91 que está prevendo uma arrecadação centralizada de 298 bilhões, quer dizer, cem por cento acima do que estamos estimando com as dilações de vida no ano de 1990. Portanto, é somente cem por cento a mais.

Então, temos que ter esse cuidado para que nós, a partir de fevereiro ou março, não estejamos aqui novamente aprovando suplementações orçamentárias de forma indiscriminada.

Então, é preciso que agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprovemos um orçamento estimado o mais próximo possível da estimativa de arrecadação, bem como da estimativa de gastos.

Eu queria fazer este registro, para que na posteridade ninguém possa dizer que não foi avisado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 181/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Nova Aurora, para que a população decida sobre a criação do Município de PALMITÓPOLIS. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 144, de 28.11.90).

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 190/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 132/90, ex-Proposição n° 126/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 126/90

P A R E C E R:

1 Oriunda da Mensagem n° 122/90, a presente Proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica.

De acordo com o artigo 54, inc. XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

Sala das Sessões, em 03.12.90

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PAULO FURIATTI
Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 191/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 131/90, ex-Proposição n° 125/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com a SANEPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL -
PROPOSIÇÃO N° 125/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 131/90, a presente Proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica.

De acordo com o artigo 54, inc. XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03.12.90

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PAULO FURIATTI
Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 193/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 138/90, ex-Proposição n° 131/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o CEFET, objetivando a realização dos projetos constantes no anexo do referido convênio. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 131/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 138/90, a presente Proposição tem a finalidade de solicitar autorização para que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, objetivando a realização dos projetos constantes no Anexo do referido convênio.

De acordo com o artigo 54, inc. XXI, da Constituição Estadual, é da competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público e privado.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua AUTORIZAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 03.12.90

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PAULO FURIATTI
Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 194/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n.º 169/90), que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1989.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 194/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica aprovada a prestação de contas do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1989.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO N.º 169/90

P A R E C E R:

A proposição em exame, trata do balanço geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativas ao exercício financeiro de 1989, encaminhada para apreciação por esta Casa de Leis, através do ofício A.T.G. 2207/90, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

A matéria cumpre o disposto no artigo 87, inciso XI da Carta Magna Estadual.

A referida Prestação de Contas, está dividida em três partes, a saber: Administração Direta, Administração Indireta e Administração Global.

O relatório contendo elementos contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, relativo à Administração Direta e Indireta (Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas), do Estado, oferecem os dados necessários para uma detalhada apreciação da situação das finanças públicas.

De conformidade com os artigos 74 e 75 da Constituição Estadual, o assunto foi encaminhado ao egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por intermédio do ofício G.P. n.º 188/90, datado de 20 de agosto de 1990, pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Os prazos Constitucionais foram rigorosamente cumpridos, no tocante à tramitação da Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná.

Conclusos os exames dos valores ex-

pressos nos compêndios apresentados, opinou a Diretoria Técnico Jurídica, daquele Tribunal, pela aprovação das citadas contas.

O parecer emitido pelo Conselheiro Nestor Baptista, foi pela aprovação das contas de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, referente ao exercício de 1989.

Conforme a Resolução n.º 12.278/90, do egrégio Tribunal de Contas do Estado, o parecer prévio pelo Excelentíssimo Senhor Relator Conselheiro Nestor Baptista, sobre as contas relativas ao exercício financeiro de 1989, foram as mesmas aprovadas por unanimidade por aquela Colenda Corte de Contas do nosso Estado.

Do até aqui exposto, verificamos que a matéria foi exaustiva e suficientemente examinada, coletando os dados e os elementos indispensáveis para nossa perfeita apreciação.

Tanto do ponto de vista Constitucional, Legal ou Regimental, a matéria aqui tratada não encontra óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Isto posto, e face a tudo mais que dos autos de Prestação de Contas e de seus anexos constam, e verificando-se a plena legalidade das Contas prestadas na execução Financeira e Orçamentária, relativas à gestão do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná Álvaro Fernandes Dias, no exercício de 1989, nosso parecer é FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela aprovação da matéria ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

O SR. PEDRO TONELLI (Para Justificar) - Eu vou votar contrariamente, Senhor Presidente. Eu voto contra porque eu não posso aprovar as contas do Estado do Paraná sem ter conhecimento destas contas. Nós aprovamos um parecer à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício de 1989. E eu não vi as contas. Então, eu gostaria de tomar conhecimento das contas do Estado do Paraná, para depois ver se o Parecer está de acordo com as contas do nosso Estado. Por isso, eu voto contra o item 60 da Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito e encaminharei um requerimento já em seguida, para a retirada do processo por quatro sessões, para que nós possamos analisar as contas do Governo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento será apreciado na sessão de amanhã.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 119/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 123/90), que solicita autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para a realização de projetos e publicações, conforme o especificado no quadro que integra a referida minuta.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 119/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 123/90, a presente proposição solicita autorização, a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

A proposição em tela visa a prestação de apoio financeiro do Estado para a realização de projetos e publicações conforme o especificado em quadro que integra minuta anexa à Mensagem supra mencionada.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 132/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 137/90), que solicita autorização a fim de que o Estado do Paraná possa celebrar termo de cooperação técnica com a UFPR, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto-sustentado na área do meio ambiente.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 132/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 137/90, a presente proposição solicita autorização, a fim de que o Estado do Paraná possa celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Paraná.

A proposição em tela visa o desenvolvimento de atividades conjuntas de pesquisa, extensão, formação e desenvolvimento auto sustentado na área do meio ambiente.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 151/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 167/90), que autoriza aquele Poder a alienar, através do ITCF, o imóvel constituído do lote n° 152, da Gleba 15, da Colônia Boaventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 239.9174 hectares, a Júlio Siqueira.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 151/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem n° 167/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, a alienar ao Sr. Júlio de Siqueira, o imóvel constituído do lote 152, da gleba 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 239.9174 hectares, conforme o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual.

Devemos salientar que a proposição em tela trata de terras consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regularização vem sendo realizada nos termos da Lei n° 7055, de 04 de dezembro de 1978, sendo que neste caso torna-se necessária a participação do Poder Legislativo, de acordo com a norma constitucional supra mencionada.

Cumpra ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob o n° 831.194-3, de 11.06.90.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela matéria ser legal e constitucional, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 2832, de

autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2806 e 2807, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2830, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2824, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2814, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2809 a 2813, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2808, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2828, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2815 a 2823, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2827, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 548/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 171, 539, 578, 582, 597 e 598/90; e dos Projeto de Resolução n°s 175 a 180 e 182 a 188/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 54, 194, 203, 292, 385, 454, 461, 465, 466, 467, 579, 581, 590, 604, 605, 607, 608 e 619/90; e dos Projetos de Resolução n°s 181, 190, 191, 193 e 194/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260, 468, 475, 496, 526, 527, 540, 54 e 618/90, e do Projeto de lei Complementar 625/90 e dos Projetos de Resolução n°s 79, 102, 106, 189 e 192/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 107 e 167/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 589/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/89.

Levanta-se a sessão.